



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO SEM REVISÃO

COMISSÃO DO ESPORTE - SUB. ESPECIAL PLANO NACIONAL DESPORTO			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0746/16	DATA: 30/06/2016	
LOCAL: Plenário 4 das Comissões	INÍCIO: 10h52min	TÉRMINO: 14h00min	PÁGINAS: 71

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

HUMBERTO APARECIDO PANZETTI, Presidente da Associação Nacional de Secretários Municipais de Esportes e Lazer - ASMEL;
PAULO MARTINO ZUCCARO, Chefe do Departamento do Desporto Militar e Vice-Almirante do Ministério da Defesa - DDM/CDMB;
MIGUEL DE ARRUDA, Professor Doutor Titular da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP;
JORGE STEINHILBER, Presidente do Conselho Federal de Educação Física - CONFEF;
FERNANDO MASCARENHAS, Professor da Universidade de Brasília - UnB;
SIMONE APARECIDA RECHIA FERREIRA, Presidente do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte - CBCE;
ROBSON LOPES AGUIAR, Vice-Presidente da Confederação Brasileira de Desporto Escolar - CBDE;
MAUZLER PAULINETTI, Vice-Presidente da Organização Nacional de Entidades Nacionais Dirigentes de Desporto - ONED;
ALÍPIO DIAS DOS SANTOS NETO, Auditor da Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto do Tribunal de Contas da União - TCU;
LUCIANO CABRAL, Presidente da Confederação Brasileira do Desporto Universitário - CBDU;
VITORIO MENDES DE MORAES, Gerente Geral de Relações Institucionais do Comitê Olímpico do Brasil - COB;
ANDRÉ ARANTES, Professor de Educação Física da Secretaria de Educação do Distrito Federal e Gestor do Programa Atleta na Escola na Fase Inicial;
LARS SCHMIDT GRAEL, Presidente da Comissão Nacional de Atletas - CNA e Superintendente Técnico da Confederação Brasileira de Clubes - CBC.

SUMÁRIO

Debater a proposta do Plano Nacional do Desporto, no âmbito da Subcomissão Especial do Plano Nacional do Desporto.

OBSERVAÇÕES

NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO, APENAS PARA CONSULTA.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Bom dia a todos.

Senhoras e senhores, meus agradecimentos por aguardar. Questões atmosféricas são questões atmosféricas e fogem completamente dos nossos desejos, a despeito de todos os planejamentos que temos.

Esta mesa-redonda da Subcomissão Especial do Plano Nacional do Desporto, da Comissão do Esporte, está sendo realizada em razão da aprovação dos Requerimentos nºs 110, de 2016, e 113, de 2016, de minha iniciativa, da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende e do Deputado Fábio Mitidieri. O objetivo deste evento é debater a proposta do Plano Nacional do Desporto.

Inicialmente, quero agradecer a todos os representantes das instituições e organizações da área esportiva presentes. O conhecimento que cada um possui em seus campos de atuação será muito enriquecedor para o nosso debate. As sugestões e as críticas dos senhores são muito bem-vindas.

Nós estamos abrindo a discussão. Depois, teremos uma apresentação, quando demonstraremos o que já trilhamos no trabalho de elaboração desse plano, inclusive com a participação de muitos que aqui estão, e o que esperamos para o futuro. Eu diria que estamos em uma terceira fase, a caminho da quarta. Quem sabe, teremos pela frente a conclusiva quinta fase desse trabalho.

Também quero justificar que esta semana está sendo uma semana em que nós não temos sessões deliberativas na Casa. Então, há presença de poucos Parlamentares, por muitos estarem nas bases eleitorais, haja vista que temos pela frente eleições municipais, que nos dão toda a sustentabilidade.

Contamos com a presença do Deputado João Derly. Tenho certeza que muitos outros estariam aqui se fosse em outra época. Esta mesa-redonda foi marcada há 40 dias ou mais. Nós não esperávamos que bem nesta data não teríamos sessões deliberativas durante a semana, o que afasta praticamente todos os Deputados.

Abrirei os trabalhos fazendo uma explanação das propostas contidas no relatório da Subcomissão Especial do Plano Nacional do Desporto, em funcionamento na Comissão do Esporte desde o início da sessão legislativa passada. Após essa breve apresentação, franquearei a palavra para que os senhores possam fazer suas interpretações. Esperamos, ao término do debate,



possuir propostas contundentes e exequíveis a fim de elaborarmos um documento final que possa ser enviado ao Ministério do Esporte.

Eu já tive oportunidade de conversar com o Ministro Leonardo Picciani. Provavelmente, em um próximo debate mais amplo, ele estará presente conosco. Foi um compromisso dele. Foram justificados e apresentados vários pontos, principalmente ao Presidente do Conselho Federal de Educação Física, Sr. Jorge Steinhilber, que tivemos a oportunidade de expor. Ele estará presente conosco, participando e acompanhando também.

Eu gostaria de citar os convidados. Se houver alguém presente que não esteja na relação, por favor, se manifeste para fazermos as devidas citações. Conforme falei, a iniciativa da mesa-redonda é dos Requerimentos nºs 110, de 2016, e 113, de 2016.

Temos como convidados: o Sr. Célio René, representante do Ministro do Esporte, Ministro Leonardo Picciani; o Sr. José Cruz, jornalista da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal; o Sr. Renausto Alves Amanajás, Assessor do Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação — o Sr. Renausto não está presente, mas foi convidado também; o Sr. Alípio Dias dos Santos Neto, Auditor da Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto do Tribunal de Contas da União — TCU; o Sr. Vitorio Mendes de Moraes, Gerente-Geral de Relações Institucionais do Comitê Olímpico do Brasil — COB; o Sr. Lars Schmidt Graef, Presidente da Comissão Nacional de Atletas — CNA e Superintendente Técnico da Confederação Brasileira de Clubes — CBC.

Sr. Lars Graef, é um orgulho tê-lo aqui, com a sua força de gestor, com a sua força de ídolo. Eu sempre falo ao Deputado João Derly, assim como aos demais, que tivemos a oportunidade de nos conhecer em Cascavel há muitos anos, quando eu nem pensava um dia ir para a Secretaria de Esportes do Estado do Paraná, muito menos estar como Deputado. Isso me enobrece muito. E fui sempre muito bem tratado por V.Sa. Num momento como este, reporto o quanto valorizei e valorizo isso.

Temos também como convidado o Sr. Marcelo Miranda, que está representando o Presidente do Fórum Nacional dos Secretários e Gestores Estaduais de Esporte e Lazer — FONSEEL, Sr. Márcio Jardim; o Sr. Humberto



Aparecido Panzetti, Presidente da Associação Brasileira dos Secretários Municipais de Esporte e Lazer — ABSMEL; o Sr. Jorge Steinhilber, Presidente do Conselho Federal de Educação Física — CONFEF.

Sr. Jorge Steinhilber, está sendo um prazer imenso trabalhar junto com V.Sa. nesses 18 meses, principalmente por sua forma atuante e presente em relação aos interesses da educação física no Brasil.

Temos como convidada também a Sra. Simone Aparecida Rechia Ferreira, Presidente do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte — CBCE; o Sr. Paulo Martino Zuccaro, Chefe do Departamento do Desporto Militar e Vice-Almirante do Ministério da Defesa, a quem agradecemos a presença; o Sr. Robson Lopes Aguiar, Vice-Presidente da Confederação Brasileira de Desporto Escolar — CBDE, representando Sr. Hora Filho, que é um grande amigo também; o Sr. Luciano Cabral, Presidente da Confederação Brasileira do Desporto Universitário — CBDU; o Sr. Mauzler Paulinetti, Vice-Presidente da Organização Nacional de Entidades Nacionais Dirigentes de Desporto — ONED; o Sr. Ricardo Vidal, Diretor Executivo do Instituto Joaquim Cruz, representando a Secretaria Executiva da Rede Esporte pela Mudança Social — REMS; o Prof. Dr. Miguel de Arruda, Diretor da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas — UNICAMP, um grande personagem, grande amigo do passado, meu orientador de mestrado e doutorado no período da minha vida acadêmica; o Sr. Fernando Mascarenhas, Professor da Universidade de Brasília, meu contemporâneo de UNICAMP — é muito bom tê-lo aqui, Fernando; a Sra. Maria Lucia Cavalli Neder, Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior — ANDIFES; o Sr. André Arantes, professor de educação física da Secretaria de Educação do Distrito Federal e gestor do programa Atleta na Escola, na fase inicial, um grande amigo, um grande conhecedor da área, com quem já debatemos bastante; o Sr. Severino Leão de Albuquerque Neto, Diretor do Curso de Educação Física da Universidade Católica de Brasília — UCB.

Bom, gostaríamos de mostrar aos senhores o que nós já debatemos. Não há nada concluído, apenas conversas. Vamos passar à apresentação do Plano Nacional do Desporto, que está em construção. Nós já tivemos aqui vários debates sobre ele.



Esta é a primeira mesa redonda desta Subcomissão Especial do Plano Nacional, que faz parte da Comissão do Esporte desta Casa. Contextualizando, temos a criação da Subcomissão Especial do Plano Nacional, a realização de audiências públicas, seminários, a sistematização da proposta, a mesa redonda e a finalização da proposta como indicação para o Ministério do Esporte. Então, nós já estamos indo para a penúltima fase da discussão, a menos que surja uma nova fase que os senhores nos tragam, nessa construção coletiva que estamos montando, agora, aqui.

Esta Subcomissão Especial do Plano Nacional do Desporto foi criada, conforme disse, por meio de requerimento de autoria dos Deputados Danrlei de Deus, João Derly e Marcelo Matos. E aqui está presente um dos autores, o Deputado João Derly. Em 9 de abril de 2015, foi eleito o Presidente da Subcomissão, Deputado Danrlei de Deus, ex-goleiro do Grêmio, um grande parceiro nosso. O Relator da Subcomissão sou eu, Deputado Evandro Roman. Só não há a concordância do Deputado João Derly em relação à equipe, por causa da velha batalha acirrada do Sul entre Grêmio e Internacional.

Vamos citar os membros desta Subcomissão. Isso é importante para que os senhores em seus Estados possam manter contato com eles. Mas todos os demais membros da Comissão do Esporte acabarão atuando nesse plano, quando ele vier para o plenário da Comissão. São os Deputados Arnaldo Jordy, Fábio Mitidieri, João Derly, Márcio Marinho, Professora Dorinha Seabra Rezende, Deley, Flávia Moraes, Rogério Marinho e Vicente Candido.

Este é um breve relato do que já aconteceu. Não há outra forma de informá-los disso a não ser lendo. Entre os dias 23 e 24 de junho de 2015 foi realizado o seminário *Sistema Nacional do Desporto em construção: sistemas públicos nacionais e modelos esportivos internacionais*, em parceria com o Ministério do Esporte. A apresentação foi feita pelo Prof. Dr. Gonzalo Bravo, da Universidade da Virgínia, e pelo Prof. Dr. Antônio Carlos Gomes, da Universidade Federal do Paraná.

Foram realizadas audiências públicas e seminários também no dia 5 de agosto de 2015, com o objetivo de debater a participação das esferas de Governo no Plano Nacional do Desporto, cujos participantes foram: Cassia Damiani, do Ministério do Esporte; Antônio Carlos Pereira, da Associação Brasileira de



Secretários Municipais; Márcio Jardim, Presidente do Fórum Nacional de Gestores Estaduais de Esporte e Lazer.

Foi realizada audiências pública e seminário no dia 12 de agosto com o objetivo de debater a construção de indicadores para uma política pública no contexto esportivo. Um dos participantes foi o Sr. Ismar Barbosa Cruz, do Tribunal de Contas da União.

E aqui eu faço aqui um parêntese. Todos contribuíram com esta Subcomissão, mas o Sr. Ismar nos ajudou muito, principalmente com a linha de elaboração do trabalho já feito em relação ao Plano Nacional de Educação. Então, ele nos trouxe ideias muito boas. Nós vamos ter que estar muito articulados com o Tribunal de Contas da União, para que nós venhamos a errar o mínimo possível. Nós sempre vamos cometer erros. Mas isso me deixou muito satisfeito, especialmente pela pessoa dele e pela forma esclarecedora com a qual ele se manifestou nessa audiência.

Participou também dessa audiência o Sr. Paulo de Martino Jannuzzi, da Escola Nacional de Ciências Estatísticas, ENCE, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE; o Sr. Paulo Roberto Corbucci, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada — IPEA.

Também foi realizado um seminário no dia 18 de agosto de 2015, em Goiânia, com objetivo de debater propostas para o Sistema e o Plano Nacional do Desporto em construção: sistemas públicos e privados nacionais na visão das Secretarias Estaduais e os modelos esportivos estaduais e municipais, coordenado pela Deputada Flávia Moraes, que é uma profissional de educação física.

A sistematização. Foi uma proposta organizada e sistematizada pelos analistas da Comissão do Esporte, Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados e Tribunal de Contas da União, com informações das audiências públicas e seminários, documentos sobre planos nacionais e planos esportivos em outros países.

A sistematização e suas referências eu as deixo aqui. É uma análise do que fizemos, do que nós debatemos, das referências que utilizamos para que fosse feita uma sistematização do que hoje está inicialmente sendo apresentado aos senhores e senhoras aqui.



Passamos, agora, à estrutura do plano, suas diretrizes, metas e ações:

Diretriz nº 1: instituição de programa que garanta o acesso à prática e à cultura do esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens nas escolas de ensino fundamental;

Diretriz 2: Instituição de programa que possibilite o acesso à prática e à cultura do esporte de forma a promover a saúde, a qualidade de vida e o desenvolvimento integral dos jovens e adultos.

(...)

Diretriz 3: Tornar o Brasil potência esportiva de alto rendimento.

(...)

É o nosso grande sonho, que estamos sempre buscando.

Diretriz 4: Construir uma estrutura de especialização e aperfeiçoamento esportivo para o alto rendimento, garantindo a todos os jovens o acesso a essa cadeia produtiva.

(...)

Diretriz 5: Consolidar o Plano Nacional do Desporto como instrumento imprescindível para o planejamento e desenvolvimento do esporte no Brasil.

Após essa breve apresentação, pudemos mostrar a vocês um pouco do que estamos fazendo — estamos tentando evoluir —, haja vista que esta Casa iniciou um processo de *impeachment*, o que fez com que a Casa ficasse praticamente parada, focada nisso, de dezembro do ano passado ao final de abril deste ano. São cinco meses durante os quais as Comissões praticamente não andaram, as situações não aconteceram. E o foco do Brasil e principalmente desta Casa é muito em cima disso.

Poderíamos ter evoluído mais, talvez chegando a algumas situações mais conclusivas ou próximas disso num momento como este, para que nós, frente à questão das Olimpíadas, já pudéssemos ter avançado.



Eu conversava com o Ministro Picciani, e há uma preocupação sobre o que nós vamos fazer e como vamos trabalhar no momento pós-Olimpíadas, após essa parte festiva do esporte, após essa parte fantástica que o esporte tem. Precisamos saber quais serão os discursos, as práticas e as ações que teremos. Dentro de uma conversa, não há nenhuma planificação apresentada, pelo menos por hora. Durante esses 40 dias em que está à frente do Ministério, ele está tomando conta de uma ação de manutenção das estruturas — é uma delas —, mas que foge do que nós vamos ter agora aqui.

Imaginem como nós teremos uma planificação do pós-Olimpíadas. O que nós vamos fazer e como vamos trabalhar com o legado com que tanto sonhamos, que tanto buscamos — essa integração entre esporte, educação e saúde, que foi o grande sonho que sempre buscamos. Esse tema se refere também àquela questão da massificação do esporte escolar, que diz respeito a dar quantidade e tirar a qualidade.

Permitam-me aqui fazer um relato do que vivenciei dentro do Estado do Paraná, com o Governador que me deu todo o apoio político, o Governador Beto Richa. A Secretaria de Esportes geralmente é uma das secretarias que têm poucos recursos, mas sempre que eu ia bater à porta de alguém, eu tinha a ligação dele na frente. Eu ligava para o Governador Beto Richa e isso fazia com que muitas vezes eu buscasse esse recurso pela Lei de Incentivo ao Esporte, ou por outros caminhos. Mas nós tivemos a possibilidade.

Nós lançamos no Estado do Paraná um programa chamado Esporte Formador. Com esse programa, nós queríamos trabalhar aquelas 6 horas de atividade, de treinamento, que há nas escolas. Dos 6 mil professores de educação física que tínhamos à época e que estavam organizando, nós disponibilizamos cinco pessoas da Secretaria para programar durante 18 meses. E, na hora da aplicação, nós tivemos um “*alto lá*” no peito — não vou citar nome aqui — dizendo que não implantássemos o programa nas escolas, porque nós iríamos quebrar a soberania da escola.

Nós fizemos um trabalho muito forte. Envolvemos 32 núcleos de educação do Estado, 6 mil professores já capacitados em algumas modalidades, como, por exemplo, no miniatletismo. E, na hora da implantação, que não iria onerar o Estado



em nada, nós tivemos uma grande dificuldade, quando nos disseram que não poderíamos adentrar àquele local. E a única coisa que nós queríamos era organizar o esporte escolar de forma sistemática. Isso estava em construção, como agora, com 10, 12, 15 ou até 20 modalidades que pudessem ser trabalhadas nas escolas naquelas 6 horas de uma forma pela qual o professor mesmo as escolhesse. Não iria ser imposta em nenhum momento uma modalidade para esta ou para aquela escola — não. Cada professor, com as suas 6 horas de atividade ou de treinamento iria trabalhar. E assim nós iríamos iniciar um programa de iniciação esportiva no Estado do Paraná. Fui taxado de excludente, fui taxado de elitista, porque o esporte seria seletivo e ele excluiria na escola.

Estamos agora aqui. Partirei de uma situação como essa, para que nós possamos discutir e avançar. Temos uma vivência, mas não vamos nos pautar somente por uma vivência. A coisa é muito maior do que isso.

Tenho uma satisfação muito grande ao ver muitas pessoas, ao ver as Forças Armadas aqui presentes. Acho que não conseguiríamos avançar em vários pontos sem os senhores. Eu diria que nós temos alguns problemas com a iniciação esportiva principalmente em regiões de fronteira, e sem os senhores nós não vamos conseguir avançar.

Uma das provas será disputada na região dos 16 Municípios Lindeiros, no Lago de Itaipu, a região em que vivo, a minha base eleitoral. Por essa região, digo aos senhores sem medo de errar, passam 40% — talvez um pouco mais — de todo o armamento, de toda a munição e de todas as drogas que invadem e que sustentam muitas vezes esse mercado que existe no Brasil. Dói muito ver crianças de 12, 13 ou 14 anos, Prof. Jorge Steinhilber, que já estão convencidas a transitar pelo Lago de Itaipu, transportando drogas ou armamentos durante o dia, porque, com uma viagem, chegam a ganhar 300, 400 ou 500 dólares por dia. A única coisa que vai conseguir trazer essa criança de volta, essa criança de 13 ou 14 anos, é o trabalho com eles sobre a cidadania, se conseguirmos trabalhar com eles. Eu sou suspeito para falar, mas eu acredito que o esporte não é a única, mas é a melhor ferramenta com a qual poderemos trabalhar.

Essas crianças com 13 ou com 14 anos estão com celular; com 16 ou 17 já estão indo para munição e armamento; a partir dos 18 anos elas são descartadas



por quem as aliciava, porque elas passam a responder criminalmente — e assim vão fazendo a rota. Com 19 ou 20 anos, estão ou presas ou mortas. É cadeia ou é caixão, como eu digo. São as duas situações, é a realidade.

Entretanto, se tivéssemos um plano orquestrado, organizado, com educação, com saúde, com as Forças Armadas e com a potência que é o esporte, a situação seria diferente. Sei que as pessoas que aqui estão acreditam como eu que isso é possível. Mas, repito, esse é apenas um dos pontos.

Obrigado por terem ouvido uma breve introdução sobre um pouco do meu sentimento. Eu poderia falar até um pouco mais, se houvesse tempo.

Gostaria que o Sr. Lindberg falasse sobre uma ferramenta que foi disponibilizada. O Sr. Lindberg Aziz Cury Júnior é o Secretário da Comissão do Esporte, enfim ele cuida de todas as ações relativas ao esporte aqui. Por favor, Sr. Lindberg, o senhor tem a palavra.

O SR. LINDBERG AZIZ CURY JÚNIOR - Bom dia a todos. É um prazer enorme tê-los conosco neste debate sobre o Plano Nacional do Desporto.

Encaminhamos a todos vocês um comunicado por meio de *e-mail*, falando sobre a criação da nossa comunidade virtual. Uma das ferramentas importantes que temos dentro da comunidade virtual é a Wikilegis.

Nossa comunidade virtual encontra-se aqui, na tela, para quem ainda não teve a oportunidade de conhecê-la. Está dentro do *site* que a Câmara disponibiliza, que é o e-Democracia. Permite toda e qualquer possibilidade de interação virtual. A Comissão transmite algumas das audiências públicas por meio dessa ferramenta. Já tivemos algumas participações, como a do Prof. Jorge Steinhilber pelo CONFEF; e a participação do Ricardo, da REMS, tivemos a participação do Vice-Almirante Zuccaro, pelo Desporto Militar também.

A ideia é construirmos o texto usando essa ferramenta. Quem não teve acesso ainda, quem não sabe o caminho para chegar a essa ferramenta, por favor, entre em contato conosco, para orientarmos. A ideia é, a partir dessa discussão, ampliar nossa capacidade para a participação de um número maior de pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Passo a palavra ao Deputado João Derly, da Comissão do Esporte. Falo sempre sobre a força do ídolo. Ele foi bicampeão mundial de judô e agora está dando a sua contribuição.



O SR. DEPUTADO JOÃO DERLY - Bom dia a todos. É uma satisfação estar com tantos gestores ilustres do esporte nesta manhã. Gostaria de cumprimentar o Deputado Evandro Roman, que preside esta mesa redonda. Gostaria de agradecer a presença de todos. Sabemos que temos diversos compromissos, mas é fundamental para quem está envolvido com a área investir tempo na discussão do desenvolvimento do esporte brasileiro e de um tema tão importante, que é o Plano Nacional do Desporto.

Na verdade, hoje estou aqui para ouvir, para aprender um pouco sobre a área por meio da contribuição de cada um. Nós já temos feito diversos debates, mas acho que hoje vão sair daqui sugestões muito produtivas. Então, muito obrigada pela presença de todos. Espero que possamos fazer um bom debate.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Vamos dar início à participação dos senhores. Nós viemos aqui para ouvi-los. É o nosso grande objetivo. Lembramos que os senhores têm até 3 minutos cada um, inicialmente, para que possam fazer seus comentários sobre o que os senhores já receberam. O Lindberg vai fazer a inscrição dos oradores e nós vamos segui-la. O grande objetivo é ouvir os senhores.

Eu diria aos senhores que este é um dos momentos importantes para esta Comissão. Acredito que agora vamos avançar em uma linha de construção pela dor, pela necessidade. Eu acho que agora realmente é o momento oportuno para encaminharmos esse debate.

Quem gostaria de fazer a inscrição?

Passo a palavra ao Sr. Humberto Aparecido Panzetti, Presidente da Associação Nacional de Secretários Municipais de Esportes e Lazer — ASMEL, por até 3 minutos, que poderão ser prorrogados.

O SR. HUMBERTO APARECIDO PANZETTI - Bom dia a todos.

Primeiramente, quero parabenizar a mesa pelo excelente trabalho realizado. Parabenizo-o, Deputado Evandro Roman. Parabenizo o Deputado João Derly, por todo o seu comprometimento com o esporte.

Na verdade, com o tempo de 3 minutos para falar de gestão municipal, eu vou ficar mais no choramingo do que conseguir dizer tudo.



Estamos num momento importante, num momento em que se questiona e se discute legado, mas com problemas muito sérios. Hoje nós temos 30% dos Municípios que sequer têm orçamento. Quando falo em 30%, Deputado, estou dizendo que 2 mil Municípios neste País não têm orçamento, não têm PPA na área de esporte, dentro do segmento de políticas públicas do esporte. Do restante, nós temos 95% dos Municípios com menos de 0,5% atrelado aos seus orçamentos. Isso significa dizer que nós temos 95% dos gestores municipais neste País administrando apenas folha de pagamento. Essa é a cara do esporte no Município, é o modo pelo qual ele está sendo considerado. É uma situação precária. Algo de muito sério vem acontecendo e vimos monitorando dentro da associação.

Há redução de Secretarias. Em São Paulo, por exemplo, que é uma grande potência esportiva, já 32 Municípios desfizeram as suas Secretárias. Já há quatro Estados que fizeram a mesma coisa. E, se ainda não temos esses números em nível nacional, isso nos vem causando muita preocupação. Se estamos falando de legado, se estamos falando do fato de que hoje está em nossas mãos um dos maiores eventos e um dos maiores espetáculos do mundo, nós estamos na contramão de todas essas ações.

Qual é hoje o nosso problema mais sério, Deputado? O problema dos Municípios é o seguinte: a falta de recurso, indiscutivelmente. Porém, além de termos poucos recursos, os entes públicos não se falam entre si. Nós não temos Governo Federal falando com Estado, nem falando com Município. Significa dizer que nós temos pouco recurso, gastamos mal e repetimos as mesmas ações.

Hoje no País, se formos fazer um levantamento de equipamento, porque nesse caso sempre vejo com preocupação a questão do equipamento, vamos ver que nós transferimos recursos para equipamento sem cobrar o mínimo daquele Município, sem cobrar dele o orçamento para desenvolver o esporte. O que imaginamos que vai acontecer quando um Deputado, em uma emenda parlamentar, dá uma piscina ou uma quadra coberta a um Município que não tem sequer uma Secretaria e sequer tem um orçamento para o esporte? Construir um ginásio é fácil. Mas temos de lembrar que lá vai ter que haver profissionais de educação física, material, vai ter que haver conta de luz, vai ter que haver papel higiênico, vai ter que haver uma estrutura, e as pessoas se esquecem. E nós estamos acumulando uma



quantidade absurda de equipamento no País, que está em desuso, e perdemos o objetivo principal, que era atender o jovem, dar, realmente, a condição que o esporte tem em transformar. Porque isso, lógico, eu acredito e todos os que estão aqui acreditam. São todos profissionais da área de esporte e todos acreditam na força que o esporte tem na transformação.

Porém, hoje nós enxergamos algo bastante preocupante, não só na área do próprio Senado, ou da Câmara dos Deputados, quando passa uma emenda ou um recurso que passa diretamente de um Ministério, mas sem, no mínimo, ter daquele Município o compromisso que aquilo vai ser usado com o objetivo com o qual foi criado. Infelizmente, nós vemos uma quantidade de equipamentos que estão em total abandono, em roubos contínuos. Estamos vendo isso principalmente por alguns *sites* que estão se especializando nesse tipo de ação. Infelizmente, muitos desses espaços estão sendo usados pelo tráfico, se tornaram cracolândias, por quê? O princípio básico nós não estamos falando entre os entes e definiu-se que deve ser função de cada um dos segmentos.

Ao Município: de forma nenhuma quero discutir a autonomia que o gestor municipal tem porque ele é eleito por aquela população e tem direito de decidir qual deve ser as suas ações naquele Município. Mas, como nós fizemos recentemente com o art. 18 e art. 18-A, que obriga as entidades de administração esportiva que queiram buscar recursos a terem que se adequar ao Estatuto, isso não pode ser exigido ao Município para que se faça uma solicitação de captação?

Longe de querer aqui definir o que deve ser um PPA adequado ao Município, mas eu acredito — como os senhores pelo discurso e pelo próprio texto que os senhores desenvolveram — que nós estamos preocupados com esse esporte vinculado à questão da educação. Então, se o Município é o que está na ponta e atende à grande demanda, por que não o Município ter a responsabilidade principal de esporte educacional?

No Município que sou Secretário e nos Municípios a que temos acesso, hoje o nosso PPA é definido da seguinte forma, Deputado, e isso vem dando um excelente resultado: 50% do meu orçamento é atrelado ao esporte educacional, amarrei em uma situação que não deixa que o dinheiro acabe vazando; 30% eu ponho na participação, no lazer; e 20% no alto rendimento.



Com pouco orçamento fica difícil ao Município... Com uma proposta nacional de manter o País na elite do esporte de alto rendimento fica difícil ao Município cooperar com isso. Acho até que isso é função do Governo Federal, e nós já estaríamos definindo o que é função ou o que deve ser investido em maior percentual em cada um dos mandatos de Governo. E os Estados vêm mostrando que a grande demanda deles é o lazer, aqui é uma sugestão que fica.

Mas a dificuldade, Deputado, é nós falarmos em políticas públicas porque a todos os lugares que eu vou — recentemente, estive com o Deputado aqui no PNUD — Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, faço parte do PNUD, da casa da ONU — Organização das Nações Unidas, faço parte da Lei de Incentivo do Ministério do Esporte, estou junto na Comissão da Lei da CBC — Confederação Brasileira de Clubes —, eu vejo em todos os lugares as pessoas falarem em política pública. E eu fico muitas vezes me questionando qual é essa política de que vocês estão tratando? A do segmento público?

Pode ser balela, mas política pública se faz com orçamento. Política pública sem orçamento é discurso político, e em discurso político cabe qualquer besteira e qualquer mentira que é feita hoje, principalmente em vésperas de eleição em que todo mundo jura, todo mundo promete, todo mundo fala que se tira criança da rua, resolve casamento malfeito, tira calo... Eu já escutei toda besteira ser atrelada à questão do esporte.

Mas gestor que tem compromisso com o esporte, Deputado, e eu falo isso a todos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Por favor, conclua. Eu sempre vou conduzindo dessa forma, sinta-se à vontade.

O SR. HUMBERTO APARECIDO PANZETTI - Perdão, irei finalizar. Não, perfeito! Eu vou finalizar.

Eu venho falando aos gestores que ter compromisso com o esporte é, na hora de fazer o orçamento, atrelar lá 2% do seu orçamento e dizer à sociedade o seguinte: *“Eu tenho absoluta certeza de que o esporte tem a força de transformar uma educação, tem a força de se envolver nas demandas da saúde”*. E é só neste momento que, realmente, se demonstra porque senão...



Vistas as três conferências das quais eu tive a oportunidade de participar na organização, que demonstram que nós pedimos no mínimo 1%. Olha bem: qual é o legado que os gestores municipais querem desses jogos? O nosso legado é que aconteça o que aconteceu na Austrália e em Barcelona: que haja um aumento de um percentual dentro dos orçamentos municipais, foi o que aconteceu nesses dois países. E nós vimos monitorando porque se demonstrou que a sociedade percebeu que investir no esporte é realmente investir em educação, investir em saúde.

Desculpe-me por ter passado do tempo, desculpe-me pelo choramingo todo, mas esse é o local em que eu posso pelo menos passar um pouco do que acontece no esporte e em gestão municipal neste País. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Sr. Panzetti, obrigado pela contribuição. E passando... Vejo a sua situação, sem qualquer problema, isso é só para nós termos um delimitador.

Por favor, com a palavra o Almirante Paulo Martino Zuccaro.

O SR. PAULO MARTINO ZUCCARO - Bom dia, sou Almirante Zuccaro, eu gostaria de saudar a todos. Como não posso fazê-lo, gostaria que todos se sentissem cumprimentados na pessoa do nosso Presidente Deputado Evandro Roman e nosso Deputado João Derly, multicampeão.

Na verdade, eu vou fazer uma brevíssima inserção a respeito do papel das Forças Armadas no desporto brasileiro. Hoje, nós temos dois grandes programas: um deles voltado para o alto rendimento e outro voltado para a inclusão social. No alto rendimento, nós temos o nosso programa de atletas de alto rendimento, programa muito efetivo. Graças a esse programa hoje, no dia de hoje, nós temos 107 atletas militares compondo o nosso Time Brasil. É uma contribuição muito marcante. Hoje isso representa aproximadamente metade da equipe brasileira, metade de todos os atletas brasileiros.

Mas nós acreditamos que, ao final de todas as convocações, a contribuição militar ao esforço olímpico nacional para os jogos Rio 2016 será da ordem de 25% da nossa força olímpica, o que é bastante relevante, até porque os recursos que nós empenhamos nessa atividade não são tão vultosos assim. Apenas alguns exemplos: 100% da equipe de judô do nosso querido Deputado João Derly é composta de militares. São sete moças da Marinha e sete rapazes do Exército brasileiro. Metade



da equipe de natação é militar. Então, realmente, hoje nós já estamos fazendo a diferença, Deputado.

E eu poderia afirmar, de forma modesta, que a transformação do Brasil em uma potência olímpica passa por essa contribuição militar. Nós não temos outra maneira de abordar isso. Não queremos exclusividade, evidentemente, porque todos os atores têm que dar a sua contribuição — todos, todos, absolutamente todos. Mas a contribuição militar é muito efetiva, Deputado, ela é muito efetiva realmente.

Então nós temos esse exemplo agora para o Rio 2016. Nós viemos de Londres, em 2012, com 51 atletas militares, com uma tendência de chegar a Rio 2016 com aproximadamente 110 atletas militares, cumprindo a nossa meta, que era a de inclusão de 100 atletas.

No lado da inclusão social, nós temos um programa muito importante, que é o Programa Forças no Esporte, talvez V.Exa. tenha tido a oportunidade de ter contato com esse programa. É um programa muito bonito, não há quem não se emocione ao travar contato com esse programa.

Hoje nós atendemos a 21 mil crianças e adolescentes no País inteiro, todas elas em situação de vulnerabilidade social. E esse programa é a vertente militar do Programa Segundo Tempo do Ministério do Esporte. É um programa muito bonito e está fazendo a diferença na vida de muitas crianças que têm a oportunidade de passar o seu contraturno escolar, ou seja, se a criança estuda de manhã, ela vai à tarde para as nossas unidades e vice-versa. Ali recebe alimentação inclusive, iniciação esportiva e outras atividades, como iniciação musical, artística e reforço escolar. Então é um programa belíssimo, que começou em 2003, com 450 crianças e hoje já estamos da ordem de 21 mil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Qual é o nome do programa, Almirante, por favor?

O SR. PAULO MARTINO ZUCCARO - Programa Forças no Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Programa Forças no Esporte.

O SR. PAULO MARTINO ZUCCARO - É implementação militar do Programa Segundo Tempo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Segundo Tempo...



O SR. PAULO MARTINO ZUCCARO - Do Ministério do Esporte. Programa belíssimo e que tudo o que fizemos para ampliá-lo será muito produtivo para as futuras gerações.

Aproveito também para mencionar que nem no alto rendimento nem na inclusão social chegaríamos a lugar algum, se não fosse a extraordinária parceria que o Ministério da Defesa tem com o Ministério do Esporte.

Então, em todas as oportunidades que eu tiver, eu vou enaltecer essa parceria, porque ela é absolutamente decisiva para o sucesso dos nossos dois programas, tanto o de alto rendimento quanto o programa de inclusão social, que são sinérgicos, não são excludentes. Tudo o que fizemos para um estaremos fazendo para o outro e vice versa.

Um exemplo que eu colocaria... Nós estamos tentando aplicar ferramentas de revelação de talentos desportivos no programa de inclusão social, no PROFESP. Quem sabe um dia, daqui a alguns anos, essas pessoas se transformarão em grandes atletas. Teremos outros Joao Derly e muitos outros grandes esportistas nacionais revelados no nosso programa de base também. Isso só ajuda também no segmento do alto rendimento.

Em suma, o que nós realmente teríamos como uma principal proposta para nossos trabalhos do Plano Nacional do Desporto é que essa contribuição militar seja evidenciada, seja explicitada, e que nós passemos formalmente a fazer parte do Sistema Nacional do Esporte, coisa que hoje não acontece.

Muitíssimo obrigado pela oportunidade. Agradecemos em nome do nosso Ministro da Defesa Raul Jungmann e em nome das Forças Armadas. Realmente, Presidente, estou muitíssimo agradecido pela atenção que nos foi destinada neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Nós é que agradecemos, Prof. Miguel. Concordo totalmente, almirante, com a sua fala. Enfim, é um dos conjuntos que se fecha realmente dentro da estruturação esportiva.

Agora, com a palavra o Prof. Dr. Miguel de Arruda, Diretor da Faculdade de Educação Física, graduação e pós-graduação da UNICAMP.

O SR. MIGUEL DE ARRUDA - Bom dia a todos e a todas. Permita-me chamar de Evandro, em distinção da amizade que temos e dos demais aqui.



Quero fazer uma fala chamando para o ambiente universitário, referente ao documento que está posto inclusive eletronicamente.

Eu não participei de reuniões anteriores. Peço desculpas se eu avançar em algumas questões que anteriormente já tenham sido discutidas.

Eu vejo que estruturalmente o documento merece que seja feito um estatuto para ele e, depois, ali, sim, elencar, porque, durante a leitura dele, algumas coisas nós percebemos que vão para uma demanda mais ampliada, que eu estou chamando de estatuto, dentro desse Plano Nacional de Esportes, depois, sim, um regimento.

Agora, nessas construções, alguns cuidados têm que ser tomados: cuidado no trato com a educação física escolar, porque aí nos remete para o Ministério do Esporte, para o Ministério da Educação, onde se trata do tema da disciplina educação física em ambiente escolar.

Então, é preciso alguns cuidados, especialmente porque nós estamos num momento ainda... No período anterior, houve uma proposta até de extinção dos cursos de bacharelado nas universidades e nas faculdades onde há programas em que se desenvolve formação em educação física. Então, nós estamos numa questão bastante nevrálgica a isso.

É preciso que isso seja bastante delimitado, não delimitado por exclusão, ao contrário, por inclusão. O texto tem que abordar isso. Depois, outra questão se refere às terminologias. Temos muito claro — eu penso que isso já foi discutido anteriormente, mas aqui eu só reforço — do que é educação física, do que é atividade física, do que é treinamento esportivo dentro disso, porque essas terminologias se esbarram e algumas vezes elas se anulam.

Depois, há outras questões, já olhando para o cenário do nosso País. Nós temos os comitês. Há o comitê de ordem militar, que me antecedeu na fala, obviamente um programa extremamente importante, desenvolvido num ambiente militar. Nós temos dois comitês grandes: o Comitê Olímpico Brasileiro e o Comitê Paralímpico. Eles têm que estar elencados nesse plano maior.

Saindo dos comitês, vindo não por hierarquia, mas vindo mais abaixo, nós temos as confederações, inclusive as que tratam dos clubes e até de algumas ações, como a que tem do meu lado, colega que está aqui que fala com a



Confederação Brasileira do Desporto Escolar, quer dizer, numa outra temática. Isso tem que estar envolvido nesse plano. Depois, afora a ela, nós temos as confederações fins das modalidades, todas elas.

Por que eu falo isso? Porque depois o documento já aponta inclusive para a necessidade de pesquisa. Onde está a pesquisa em educação física no nosso País? Ela não pertence à empresa, ela não pertence a clube. A pesquisa está no ambiente universitário, universidades que tenham seus programas de pós-graduação.

Aí haverá necessidade, Deputado Evandro Roman, de que sejam alinhadas as questões junto à CAPES, não sei se por aí ou por alguma outra questão, para que os programas também sejam agentes formadores daquilo que se aponta à frente: capacitação.

Então, fazer a pesquisa para quê? Para capacitar pessoas? Fazer pesquisa para acompanhar a evolução dos nossos atletas? Essa é uma pesquisa já bem pontual, bem final. A maioria das confederações a tem, a maioria dos clubes a tem, nos seus ambientes, mas que pesquisa é essa que falamos? É uma pesquisa de produzirmos conhecimento no nosso País via Plano Nacional de Esportes? Excelente, mas isso tem que estar configurado.

As capacitações, em que ambiente elas se darão? Nas universidades? Alguma coisa que nos chame... Aqui eu falo em nome de Universidade, não falo exclusivamente em nome da UNICAMP, eu não tenho essa prerrogativa, sou um diretor, mas não tenho a distinção do reitor para falar aqui pela UNICAMP. Falando pela minha unidade educação física, sim, nós temos que alinhar quem é que vai formar quem e qual é a proposta para isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Peço que conclua, Professor.

O SR. MIGUEL DE ARRUDA - Concluindo, então, Deputado, penso que talvez criar uma subcomissão — não sei, não estou querendo fazer a agenda de vocês —, uma subcomissão que dê um trato bastante ampliado a esse documento e que o torne denso, alinhado àquilo que ocorre hoje no nosso País, esse alinhamento vindo de plano federal, no que envolve Ministérios e depois indo abaixo nos planos decorrentes dessas ações que aqui estão listadas e das metas que aqui estão postas que pretendamos atingir.



Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Agradecemos ao Prof. Miguel, pelo seu conhecimento acadêmico, pai da pesquisa e extensão.

Agora, com a palavra o Prof. Jorge Steinhilber, Presente do Conselho Federal de Educação Física.

O SR. JORGE STEINHILBER - Bom dia, Deputado Evandro Roman, Deputado João Derly, bom dia a todos os que estão aqui presentes.

Quero parabenizar a subcomissão pelo trabalho realizado, agradecendo a gentileza de nos encaminhar antecipadamente as diretrizes.

Quero cumprimentar o Lindberg, sei do trabalho, do esforço, do estudo que ele fez para contribuir com todos, de tal forma que esta subcomissão pudesse apresentar algumas diretrizes, alguns pontos que, de fato, hoje ficou muito clara a necessidade de termos um Plano Nacional de Esportes.

Algumas falas que me antecederam creio que foram muito importantes, principalmente a que o Deputado Evandro Roman colocou no sentido de que estamos terminando a década do esporte no Brasil. A década do esporte termina agora em 2016; 2007 com o Pan-americano até agora, em 2016.

A questão agora é o que vai ficar depois deste ano de 2016. Os grandes eventos já foram realizados por nós. O que vai acontecer agora, efetivamente, não só de legados, mas relacionado à questão do esporte.

Eu tendo a acreditar que, de fato, agora, é que nós vamos começar a tratar do esporte social, do esporte participação, do esporte educação, do esporte naquilo que o Barão de Coubertin sempre nos colocou: fator de informação e fator de saúde.

Então, eu acredito plenamente naquilo que o senhor colocou, assim como o Ministério vai se preocupar com isso, o que vai ser agora, qual vai ser a pauta, qual vai ser a agenda, qual vai ser a missão, qual vai ser o principal carro-chefe da questão relacionada ao esporte.

A questão do legado do esporte que foi dito aqui, eu lembro que, na minha opinião, o principal legado dos Jogos Olímpicos de Londres foi exatamente após as Olimpíadas de Londres, quando inseriram a obrigatoriedade da Educação Física na educação infantil, ministrada por professores de Educação Física. Vejam que estamos falando da Inglaterra, um país desenvolvido.



O legado dos jogos foi algo que eles não faziam antes. Ou seja, perceberam aquilo que todos aqui já disseram: se não houver um trabalho educacional, se não trabalharmos a criança desde o início, a alfabetização esportiva, motora, se não houver todo esse desenvolvimento, a criança não vai conseguir chegar a ser uma atleta, e nunca chegaremos a ter um país de alto desenvolvimento no setor de esportes.

Panzetti disse, aqui do meu lado, algo fundamental, que as esferas federal, municipal e estadual não se falam. Eu quero acrescentar a isso que os Ministérios não se falam: o Ministério da Educação e Cultura faz um projeto, o Ministério do Esporte faz um projeto, o Ministério da Saúde faz outro projeto, cada um faz um projeto. Por falta de um plano nacional de esporte, nós não temos a interação, inclusive com recursos financeiros, que são gastos de forma aleatória. Ou seja, baseados em quê; visando a que; com que missão; com que objetivo.

Evidentemente, o plano, em minha opinião — razão pela qual estou acreditando nessa proposta que a Subcomissão trouxe agora —, poderá ser trabalhado e os presentes aqui poderão trazer contribuições para que, de fato, esse plano possa trazer respostas a essas questões.

Queria pedir ao Secretário Lindberg que no e-Democracia fossem feitos alguns ajustes. Por exemplo, a única coisa que pode ser acrescentada no e-Democracia são as ações. Eu tentei inserir propostas de metas, mas foi impossível; tentei inserir propostas de diretrizes e não há possibilidade. O texto ficou praticamente restrito a cinco diretrizes que aqui estão. Se alguém tiver algumas outras propostas de diretrizes, tornou-se difícil de fazê-las.

Eu tive acesso à página do e-Democracia, quis acrescentar algumas considerações, mas não foi possível. Fica a sugestão para que isso possa ser feito. Eu já encaminhei, de qualquer forma, as metas, as ações e outras questões às Comissões.

Mas eu queria aproveitar aqui a oportunidade para citar três pontos de contribuição que eu considero fundamentais. Primeiro, mais ou menos, seguindo a linha de raciocínio do que o Dr. Miguel disse, que não pode ser apenas um plano apenas de diretrizes, metas e ações, nós temos que acrescentar as considerações



em relação a esse plano. Para quê? Para que fiquem consubstanciadas, fundamentadas as razões de ser de cada diretriz, senão a questão fica muito solta.

Penso que deveriam ser acrescentadas as considerações a respeito disso, inclusive, já apresentei algumas propostas: qual é a situação do País? Por que a Educação Física está dessa forma? Por que está daquela forma? Isso aqui vai consubstanciar as diretrizes.

Há dois outros pontos que me parecem essenciais. Inclusive, mais uma vez, na linha de raciocínio do que disse o Dr. Miguel, que é preciso haver a definição de atividade física e de esporte, eu queria definir duas questões fundamentais: o que é esporte? Esse é um ponto fundamental, senão não definimos o que é esporte. Nós estamos fazendo um plano nacional de quê? Primeiro, é do desporto; o Ministério trata de esporte; a lei fala de desporto. De que esporte nós estamos falando? O que é esse esporte? Qual é a compreensão que nós temos de esporte? Então, o plano tem que definir claramente o que é esporte.

Segundo ponto, tomarei a ideia de Lars Graef, que na última reunião do Conselho Nacional do Esporte apresentou uma demanda de que há necessidade de se definir o que é atleta. Eu realmente fiquei pensando e me preocupou muito isso. O que é atleta para nós? Qual é a concepção? Qual é a definição de atleta que nós temos? É a mesma definição do alto rendimento? É a mesma definição do secretário de esporte estadual? É a mesma definição do Ministério do Esporte?

É uma situação que me parece, dentro de um plano, que temos que definir essencialmente o que é esporte, o que é atleta, para então podermos ter efetivamente um plano que possa responder a várias dessas ansiedades que aqui foram apresentadas.

Obrigado pela oportunidade, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Sr. Jorge Steinhilber, nós recebemos uma proposta que o Conselho Federal de Educação Física nos encaminhou e dentro do possível disponibilizaremos a todos. Se alguém a tiver, que seja apresentada para que nós possamos chegar, o mais rápido possível, da melhor forma possível, a um resultado quanto a este assunto.

O SR. LINDBERG AZIZ CURY JÚNIOR - Só uma orientação para o Jorge em relação a esta questão: no *Wikilegis* texto, neste procedimento que nós estamos



adotando para podermos ter essas contribuições, ao final do texto há um espaço para o acréscimo de uma nova diretriz e de novas ações e metas para aquela diretriz. Ao final de cada uma das metas, há espaço para o acréscimo de nova meta, e, ao final de cada uma das ações, de cada uma das diretrizes, também tem um espaço de acréscimo de nova meta.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. LINDBERG AZIZ CURY JÚNIOR - Não. Estava lá, está na sequência. Talvez a forma não tenha ficado muito clara, mas esse é o espaço.

Eu acho que, além desses espaços que já estão abertos, podemos abrir um espaço para as considerações, que seriam mais ou menos as justificativas da construção do trabalho, e um espaço para as definições, como se fosse a criação de um glossário. E aí podemos ter a contribuição de todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - *(Ininteligível.)* Nós estamos com duas vertentes rápidas: a primeira é elaborar este trabalho e levar como sugestão ao Ministério do Esporte, e o Ministério trabalhar por ser uma ação do Executivo. A segunda, que foi apresentada até na Subcomissão pela Deputada Dorinha, é nós criarmos um projeto de lei sobre o Plano Nacional do Desporto.

E aí vocês perguntam: mas qual é a tendência disso? Nós vamos ter que discutir juntos. Não há tendência ainda, nós não sabemos. Na que for mais eficaz, nós vamos trabalhar, sempre em harmonia com o Ministério. Agora, qual é? Vamos ter que nós mesmos discutir, vamos ter que ver com a Consultoria Legislativa, vamos ter que ver qual é a melhor forma de nós agirmos para que nós possamos avançar.

O que queremos nós sabemos: é um Plano Nacional de Desporto organizado com credibilidade, e no qual nós possamos abranger as Forças Armadas, a Educação, a Saúde, enfim, todos esses aspectos. Agora, qual é a melhor forma? Nessas mesas redondas, nessas discussões, nós vamos avançar.

Concedo a palavra ao Sr. Fernando Mascarenhas, da Universidade de Brasília.

O SR. FERNANDO MASCARENHAS - Bom dia. Eu gostaria de saudar a todos e de parabenizar a iniciativa da Comissão, em especial os Deputados Evandro e João Derly e o Lindberg, Secretário Executivo da Comissão.



Na história do esporte no Brasil, e se observarmos a história mais recente no que toca às políticas públicas, temos visto a construção de sucessivos planos. Temos o Plano Nacional do Esporte de 2005, e nós temos em vigor ainda o Plano Decenal do Esporte, que foi aprovado na III Conferência Nacional do Esporte, em 2010.

Portanto, essa iniciativa é de mais um plano, mas que agora parte do Parlamento, e não do Executivo. Todavia, o plano é revelador de uma intencionalidade do que nós queremos para o esporte brasileiro.

Sobre que bases se constrói essa intencionalidade? Falo isso, porque eu sinto a ausência de uma cultura censitária acerca do esporte brasileiro. Entretanto, nós tivemos uma iniciativa de diagnóstico, que é o último diagnóstico do esporte, do ano passado, que revela que o que os usuários das políticas de esporte esperam é um investimento no esporte de lazer. Eu vejo essa demanda sendo subdimensionada nessa proposta de plano. Então, esse é o primeiro destaque que eu gostaria de fazer.

O segundo destaque diz respeito à relação entre Estado e sociedade civil organizada, ou sociedade esportiva organizada. Eu vejo a falta de uma maior definição no que toca à atribuição de papéis, tanto por parte do Estado, como do COB, do sistema federativo e do conjunto das entidades que representam esse mundo mais organizado do esporte.

Sobre o ponto de vista do Estado, tenho um terceiro destaque: é possível construir um plano sem um sistema? Nós temos um debate sobre o sistema, que foi iniciado no ano passado, entretanto paralisado. Eu acho fundamental a retomada desse debate acerca do Sistema Nacional de Esporte.

Não há como pensar na materialidade, na execução de um plano, sem a definição de papéis e de competências, tanto no que toca às esferas de Governo, como aos setores governamentais: Esporte, Educação, Saúde. Aqui dentro mesmo nós temos um conjunto de ações que não são de responsabilidade do Ministério do Esporte, mas do Ministério da Educação. Então, é preciso avançar na construção do sistema.

E para a construção do sistema é fundamental pensarmos na construção de um fundo para o financiamento do esporte. Eu vejo aqui que a Comissão do Esporte,



a partir da galeria dos ex-Presidentes, trabalha junto com a Comissão de Finanças e Tributação, mas um dos principais problemas do esporte é a ausência de financiamento. Nós estamos longe de sermos priorizados quando acontece o debate orçamentário em torno do esporte, e precisamos tematizar isso: como é que vai se dar o financiamento do conjunto dessas diretrizes e ações?

O quarto ponto diz respeito ao controle e à democracia. Vejo com bons olhos uma ação que diz respeito ao fortalecimento do Conselho Nacional de Esportes, mas é preciso diversificar as representações da sociedade dentro do Conselho, é preciso renovar.

É preciso também fortalecer e retomar as Conferências Nacionais do Esporte como espaços democráticos para a definição e condução das políticas esportivas no nosso país.

O quinto ponto diz respeito à prioridade. É preciso respeitar o preceito constitucional de que o que deve ser priorizado no que toca à política pública, no que toca ao financiamento, é o esporte educacional e o esporte lazer. Em outras palavras, é o esporte social.

O que eu percebo, pelo conjunto dessas diretrizes e ações, é que o esporte escolar ou a educação física subliminarmente estão entendidos aqui como bases para o esporte de alto rendimento. É preciso que nós pensemos no esporte de lazer e no esporte de participação articulados ao esporte de alto rendimento, mas com autonomia.

Por fim, eu não poderia deixar de falar, Deputado Evandro, sobre a pesquisa. A pesquisa aparece aqui na ação 6, diretriz 3, vinculada ao esporte de rendimento. A ação de pesquisa é uma ação que transversa todas as dimensões do esporte, também do esporte educacional e do esporte de participação ou de lazer.

Faço esses destaques de modo geral, mas saúdo a iniciativa da Comissão, de tematizar o esporte no nosso Parlamento, e me coloco à disposição, assim com os demais, para estender e dar continuidade a esse diálogo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Obrigado, Prof. Fernando Mascarenhas, por suas contribuições. Justamente por haver essa polarização do entendimento é que há essa construção, realmente, da atividade. Eu falo que nas divergências, ou em parte delas, se constrói o conhecimento.



Concedo a palavra à Sra. Simone Aparecida Rechia Ferreira.

A SRA. SIMONE APARECIDA RECHIA FERREIRA - Bom dia a todos e a todas. Eu gostaria de agradecer, em nome do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, pelo convite para participar de mais esta rodada de discussões e pelo respeito que o Ministério do Esporte, e também agora este coletivo de Deputados, estão tendo com o Colégio Brasileiro, possibilitando que nós estejamos aqui.

Eu gostaria de reforçar algumas coisas que meus colegas aqui no campo universitário já reforçaram — o Prof. Miguel e o Prof. Fernando —, e dizer que o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte há muitos anos vem discutindo as questões referentes ao esporte e outras questões da cultura corporal do movimento.

Desde a década de 80, a luta que vem se dando dentro do Colégio, a partir da organização e sistematização das pesquisas do campo, é que o esporte seja realmente compreendido como um capital social histórico construído pela humanidade, e que deve ser de acesso para todos.

Nessa direção, o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, desde a década de 80, mais precisamente dos anos 2000, vem construindo um GTT de políticas públicas. Ele tem agregado inúmeros pesquisadores com respostas, já, a muitas questões dessas que foram colocadas aqui, e já há esse acúmulo do conhecimento.

Então, a busca do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte é por que esses pesquisadores sejam ouvidos, e que seja relevante o trabalho de pesquisa já constituído, até para aprimorar o desenvolvimento dessas políticas e principalmente do Plano.

Nessa direção, as pesquisas vêm apontando — isso já foi falado aqui pelos colegas — que há um elevado número de programas do Governo Federal, mas uma baixa atenção dada aos modelos teóricos e às análises dessas políticas públicas.

Há, também, um número reduzido de linhas de pesquisa de políticas públicas nos programas de pós-graduação. O professor Miguel já falou isso, mas eu gostaria de reforçar o quanto esta Comissão tem que estar atenta e discutir as questões com a CAPES, que é quem delibera e quem possibilita que os programas de pesquisa, os programas de pós-graduação envolvam pesquisa nesse campo das políticas públicas.



Eu queria fazer algumas considerações a respeito do documento. O Fernando acabou de reforçar a questão da dinâmica do lazer que não está aparecendo, de forma explícita, no documento, evidentemente, implicitamente, aqui, a partir da escrita, está, mas eu acho que ainda nós precisamos, no campo da educação física, demarcar esse território das experiências do lazer e o significado delas para a autonomia, para a participação comunitária, para reivindicar certas questões do esporte que ainda não estão postas no Brasil.

Eu queria também destacar, na Diretriz 1, uma questão que me chamou a atenção: essa cultura do esporte e não a cultura corporal do movimento. Ampliar um pouco essa Diretriz nº 1, já que nós estamos pensando numa sociedade que nasce, a partir da infância, para essa possibilidade do esporte de rendimento.

A questão da educação básica. Eu vejo que o ensino fundamental é importante, mas, no meu entendimento, nós poderíamos ampliar essa ideia do ensino fundamental e colocar a educação básica, as séries iniciais, o ensino fundamental e o ensino médio sendo abraçado também por esse Plano.

Outra questão, a dimensão da saúde do lazer, atrelada a essa dimensão do esporte, eu acho que essa conexão não está bem clara dentro do documento.

Nas ações da Diretriz nº 1, eu gostaria de pensar que os senhores colocaram lá na Diretriz nº 6 o investimento em grupos de pesquisa nas universidades para discutir o esporte de rendimento, mas eu penso que está faltando incentivar programas relacionados à formação de professores. Isso poderia estar aqui na Diretriz nº 1.

Hoje, nós vemos que o Governo tem programas de incentivo à formação de professores, mas o campo da educação física precisa desse investimento do Governo Federal, já que se quer um professor atuante nesse campo.

A questão das ações da Diretriz nº 2, quando se diz “incentivo à implantação, preservação e qualificação de equipamentos”, eu acho que falta também contemplar a questão da manutenção desses equipamentos, de quem é a responsabilidade dessa manutenção, além da questão de academia e ciclovias. Penso também em parques infantis.

Eu acho que os espaços públicos de lazer do Brasil precisam preservar um pouco essa ideia de cuidado com a infância e essa base da formação do sujeito



estar realmente nesses ambientes de lazer das cidades. Então um aprimoramento nos equipamentos, nos espaços, seria, nesse momento, de bom tom para um Plano dessa natureza. É claro, existem várias questões aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Concluindo...

A SRA. SIMONE APARECIDA RECHIA FERREIRA - Trago uma sugestão dos associados do Colégio: que se dê espaço de discussão e que os pesquisadores em torno do Colégio possam elaborar documentos, participar dessa discussão e serem ouvidos.

Aqui tenho que anunciar que nós estamos fazendo um trabalho sobre as diretrizes curriculares da educação física. É um relatório de reflexões que nós temos construído, faz alguns meses, está aqui comigo.

Vejo que os senhores colocam aqui a prioridade na formação do licenciado em educação física. Esse documento, hoje, está circulando entre os pesquisadores. É um documento de mais de 50 páginas. Eu gostaria de colocar à disposição desse coletivo para que os senhores tenham subsídios importantes a serem considerados aqui nessa proposta.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Nós agradecemos à Sra. Simone.

Com a palavra o Sr. Robson Lopes Aguiar, do CBDE.

O SR. ROBSON LOPES AGUIAR - Bom dia a todos.

Quero agradecer ao Deputado Evandro Roman pelo convite à Confederação Brasileira do Desporto Escolar. O Antônio Hora mandou um grande abraço à V.Exa.

Agradeço também ao Deputado João Derly que tem sempre nos convidado para as audiências aqui na Comissão.

A CBDE — e o desporto escolar — se sente muito honrada em participar dessa discussão do Plano Nacional do Desporto, porque nós sabemos da importância que o esporte escolar tem na construção do ser humano e na construção de um atleta olímpico. E isso geralmente é esquecido quando se fala de recursos.

Fiquei muito feliz em ouvir o nosso querido amigo Panzetti dizer que destina 50% dos recursos que chegam à ele para o desporto educacional. Seria muito



importante se a gente pudesse inverter um pouco os valores que hoje são destinados ao esporte de alto rendimento. Hoje chegam 10% somente para o desporto escolar, e nós sabemos a dimensão e a importância que o desporto escolar tem. Inclusive vários gestores, Ministros e autoridades falam da importância do desporto escolar, mas, quando se fala em recursos, isso não chega à base.

Infelizmente é uma discussão que tem que ser colocada na mesa para que a gente possa inverter esses recursos, porque estamos no fim da pirâmide, sendo que é lá que se descobrem os talentos, em parceria com os clubes. Nem todas as crianças têm acesso aos clubes, e são os clubes que ajudam a criar os atletas, mas é nas escolas, grande celeiro de talentos, que estão as crianças, e infelizmente os recursos não chegam lá. Então, Panzetti, parabênzo-o pela sua gestão, em que destina 50% para o desporto educacional, o que é importantíssimo.

Nós sempre defendemos a democratização do desporto escolar, a nova cultura do desporto. Sabemos que o brasileiro nasce com a cultura do futebol, mas precisamos implementar a cultura do desporto em geral, para a criança começar a gostar de praticar o esporte e não somente querer jogar futebol.

Nós sempre temos, em nossas discussões aqui na Câmara ou em outros momentos, debatido exatamente sobre isso, sobre ter mais possibilidades de eventos. Na Diretriz Quatro, por exemplo, quando propõe apenas ter um evento nacional, a CBDE não é contra, mas a gente acha que quanto mais eventos as crianças tiverem durante o ano letivo melhor, mais possibilidades de participação, de treino, o que estimula cada vez mais as crianças a participarem. Além dos eventos nacionais que nós promovemos, juntamente com os estaduais e as nossas federações, nós temos os eventos mundiais, que são mais um estímulo para o desporto escolar.

Então, queremos deixar a nossa contribuição nesse sentido: quando falarem em desporto escolar, pensem em quanto está sendo destinado a ele, porque 10% dos recursos da Lei Agnelo/Piva não são suficientes. Enquanto isso, o esporte de alto rendimento recebe 85%, sendo que nessa categoria a possibilidade de patrocínio é muito maior. E pedir um patrocínio para o desporto escolar é quase impossível.



Então, queríamos deixar estas palavras nesta Subcomissão e colocar a CBDE à disposição juntamente com as nossas federações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Obrigado, Sr. Robson Aguiar. Transmita também um grande abraço ao nosso amigo Antônio Hora Filho, Presidente. Estaremos em breve também num evento, juntos, na Turquia.

Com a palavra o Sr. Marcelo Miranda, do Fórum Nacional dos Gestores Estaduais de Esporte e Lazer.

O SR. MARCELO FERREIRA MIRANDA - Bom dia a todos. Queria parabenizar os Deputados Evandro Roman e João Derly e o Secretário Lindberg pelo trabalho à frente da Comissão.

Quero parabenizar também pelo documento. Acho que tem grandes avanços aqui, principalmente no sentido de valorizar as aulas de Educação Física. Achei muito interessante a questão do IDEB, de se criar mecanismos para incluir a Educação Física no IDEB.

Hoje vemos uma preocupação muito grande dos secretários e diretores de escola nessa questão do IDEB, e muitas vezes, pelo fato de a Educação Física não ter como ser mensurada e ser pontuada, acaba não sendo uma prioridade dentro da escola, no modelo que temos hoje. Então, achei muito interessante.

Acho que há avanços aqui na questão de acabar com essa dicotomia entre esporte educacional, esporte social e esporte de alto rendimento. Nós sofremos muito, nas últimas décadas, com essa questão, como se o esporte de alto rendimento fosse excludente. Eu acho que tem como se trabalhar, de tal forma que um complemente o outro, sem que haja uma sobreposição.

Já foi dito aqui, mas queria destacar que acho muito importante que seguíssemos o modelo que acontece na saúde e na educação, de se definir as atribuições e funções da União, dos Estados e dos Municípios. Nós não temos isso no nosso sistema esportivo. Entendo que seja fundamental para que a gente consiga, a partir daí, ter uma política de Estado, e não uma política de Governo. A partir do momento em que a gente tiver estabelecido qual é a função dos entes, seguindo o modelo que acontece na saúde e na educação, eu tenho certeza que,



para os gestores, será muito mais fácil de atuar, direcionando a seu modo de atuação de forma já estabelecida num plano nacional.

No mais, queria parabenizar pela questão da valorização das aulas de Educação Física, pela valorização da formação profissional, da questão do profissional de Educação Física, e colocar o fórum à disposição para a continuação dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Marcelo, obrigado. Fiz parte, durante quatro anos, do fórum. Não tenho acompanhado nos últimos anos, mas, até 2014, ele ainda era muito atuante. No período em que estive lá, teve uma atuação muito boa. Até vinha com a mistificação de que não era tão atuante, mas, no período do qual eu participei, eu gostei muito. Acredito que isso tem sido mantido da mesma forma. Parabéns pela explanação.

Com a palavra o Sr. Mauzler Paulinetti, da ONED — Organização Nacional de Entidades Nacionais Dirigentes de Desporto.

O SR. MAUZLER PAULINETTI - Bom dia a todos. Deputado Evandro Roman, Deputado João Derly, um atleta, e demais colegas que compõem este debate.

Fazendo uma análise de cada um antes de chegar antes no que propriamente a nossa entidade pleiteia e sugere, é como o Panzetti disse, às vezes não temos uma comunicação entre secretarias, às vezes eu percebo que o Governo olha o esporte como diversão, lazer, e não o leva à sério como deveria. É uma impressão que eu vejo no Governo Municipal, Estadual e o próprio Federal.

É como numa empresa, que tem aquela linha de produção, que o pessoal produz e acha que está produzindo. A equipe de venda diz: *“Eu vendo.”* E aquele que trabalha no escritório não tem importância, porque não produz e não vende, não gera negócio.

Então eu percebo que, às vezes, no esporte, é isto: pensam que é só diversão, brincadeira, e não. É formação, é iniciação, contribui com o caráter desse jovem que se tornará um homem, uma mulher, além das questões familiares, e o esporte acaba unindo isso. É o que a gente tem percebido.

Nesse contexto que a gente vem analisando, percebo a vontade do Governo ao se preocupar com praças esportivas, locais para a prática de esportes. Mas,



semana passada, por exemplo, eu estava numa comunidade da periferia de São Paulo e lá tinham proposto fazer a iluminação do campo. Eles não querem iluminação do campo, eles gostariam de ter. Por que eles não querem? Porque eles não têm como pagar a conta de luz. A entidade não tem dinheiro para pagar a conta de luz da sede, imagine do campo, à noite, diariamente utilizado.

Então, a vontade de se proliferar o esporte em algumas camadas é louvável, mas quem paga a conta? Agora, nesse contexto, até que nós temos o Steinhilber e o almirante Zuccaro. O Exército contribuiu muito, muitos medalhistas que tivemos advieram da área militar. A primeira escola de Educação Física, em 1933, foi da Polícia Militar. Então, isso contribui bastante.

E, nessa linha de que temos uma profissão nova, de 1933 para 1998, quando se regulamentou a profissão, foi preciso 65 anos para que fosse regulamentada uma profissão muito séria, que trata dos nossos filhos nas escolas. Não sei como às vezes um executivo ou um legislador permite excluir a educação física do ensino, sendo que ela é primordial e, por isso, necessita de profissionais realmente capacitados. Acrescento que a educação física sempre deve incluir o esporte como uma manifestação.

Há mais de 100 anos nós fazemos esporte. Os eventos da Copa do Mundo e da Olimpíada geraram um debate, mas nós vamos continuar fazendo esporte no País por mais de 100 anos. Eu sou otimista. Alguns se perguntam como vai ficar. Vamos deixar legado, sim. A coisa está mais séria. Em 2007, eu não vi legado; neste evento eu estou vendo que vai existir. Então, eu sou muito otimista.

O esporte vai estar fortalecido. Parte dos senhores, aliás, todos os senhores estão contribuindo para que isso aconteça, bem como os nobres Deputados. Então, vamos ter perspectiva. Já teremos em 2020 uma Olimpíada, estamos pensando nisso. O Comitê Olímpico e Paraolímpico estão sempre primando por isso de modo bem organizado.

No entanto, há também uma deficiência nesse sistema, porque existem mais de cem modalidades esportivas regulamentadas, organizadas em federações, confederações, sistemas internacionais, mas estamos fora da elite — no bom sentido — que é o Comitê Olímpico, o qual tem uma história e tem que ser seguido.

Há modalidades excluídas desse sistema, como o futsal. Quando nós



consideramos o plano dos dez países, o futsal está entre os dez, o surfe está entre os dez, assim como o *skate*, que é um fenômeno social. Antigamente, nas escolas, viam-se só garotos com bola; hoje se veem moleques com *skate*. Qual a atenção para esse segmento? E há outras modalidades, como o jiu-jitsu, uma prática que é referência mundial, que está entre os dez países, e esses esportes não são olímpicos.

Nós da ONED, por exemplo, estamos há 10 anos lutando sem um orçamento, sem um centavo de recurso advindo nem da Lei Agnelo/Piva nem de qualquer outra condição com que nós poderíamos sobreviver. Então, eu apelo aos nobres Deputados. Nas divisões de recursos, eu vejo que a prioridade são o Comitê Olímpico e o Comitê Paralímpico; conquistou-os também a Federação Brasileira de Clubes. No entanto, passada a Olimpíada, o esporte não olímpico e a ONED, seu porta-voz, também precisa começar a ser observado, precisa ter realmente condições para sugerir, pautar, organizar esse segmento. Mesmo algumas modalidades vinculadas ao Comitê Olímpico não têm acesso a recurso, porque a legislação não o permite, e o investimento limita-se àquelas 29 modalidades.

É nisso que nós queremos focar. Deixo essas observações para que possamos avançar nesse legado de que se falou, porque o legado é todo esporte, não importa qual, e suas manifestações. Hoje o cidadão não pode escolher qual esporte praticar; ele tem que ver se o que ele deseja é olímpico ou não. Não importa isso, cabe ao Estado fazer esse ordenamento. Como o Prof. Miguel bem colocou, temos realmente que saber em que sentido nós vamos, de que forma vamos, e temos que pautar cada segmento nesse sentido.

Parabenizo a todos os que estão contribuindo com a Subcomissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Nós é que agradecemos, Prof. Paulinetti.

Passo a palavra ao Sr. Alipio Dias dos Santos Neto, do Tribunal de Contas da União.

O SR. ALIPIO DIAS DOS SANTOS NETO - Bom dia a todos.

Gostaria de cumprimentar a mesa, na pessoa do Deputado Evandro Roman, e de agradecer, em nome do Tribunal de Contas, por esta oportunidade.



O Tribunal de Contas também agradece as gentis palavras do Deputado Evandro Roman em relação ao nosso Secretário Ismar Barbosa, que participou bastante da construção dos indicadores.

Inicialmente, eu gostaria de parabenizá-los pelo trabalho realizado até agora.

Se

Se nós verificarmos o Decreto nº 7.984, de 2013, que trata da regulamentação da Lei Pelé, quando ele fala do conteúdo mínimo que tem que ter o Plano Nacional do Desporto, vemos que esta Subcomissão se debruçou sobre aqueles elementos que ali estão e tentou, pelo que eu percebi do documento, organizar e trazer questões relacionadas às diretrizes, aos programas e ações que são relacionados à situação nacional de o desenvolvimento do esporte aparecer como uma das ações a serem construídas.

Ainda ficam alguns pontos para serem desenvolvidos com o andamento desse documento. Os que eu gostaria de citar são a questão do monitoramento e a avaliação, que foi algo de que eu inicialmente senti falta, no documento que foi produzido.

Também buscando a Lei Pelé, vê-se lá que o Plano Nacional de Desporto tem uma função importante, porque ele vincula a aplicação dos recursos do Ministério do Esporte — tais recursos deve estar vinculados às metas e às diretrizes que o Plano Nacional do Desporto conduzir.

E há também o contrato de desempenho das entidades do Sistema Nacional de Desporto. Realmente é preciso haver um planejamento anterior, um conjunto de metas a ser alcançado, para, a partir daí, poder-se discutir e falar em resultados.

Toda essa discussão, a nosso ver, encontra-se num momento realmente propício, por diversos motivos.

A educação básica no Brasil encontra-se praticamente nas mãos dos Municípios e dos Estados. Então, é importantíssima a participação desses entes federados na consecução do Plano Nacional do Desporto, para levá-lo a cabo. Quando se trazem diretrizes que falam do desporto educacional, a educação básica realmente não deve ficar de fora. A colega Simone, aqui presente, já trouxe essa sugestão, que eu gostaria de reforçar.



Pensando nas metas do Plano Nacional de Educação, que estão postas para o País já há 2 anos, várias delas têm relação com o Plano Nacional do Desporto, por exemplo, as metas para ampliar a jornada nas escolas para que o estudante esteja ali em educação integral. Nessa circunstância, o esporte deve ser inserido não simplesmente como uma forma de ocupar o espaço, mas dentro de toda uma estratégia dos sistemas de educação municipal e estadual para oferecer uma educação de qualidade em que a educação física esteja envolvida.

Também ressalto a discussão de uma base comum curricular. Fiquei feliz de a colega ter falado dos parâmetros e das diretrizes para a educação física, e que hoje se discute que a educação física tem que estar inserida em algum ponto da base curricular nacional.

Como já disse, o Plano Nacional de Educação traz metas que também falam sobre inclusão. Nesse sentido, se pensarmos em inclusão tanto de alunos que são portadores de algum tipo de necessidade especial como de jovens de 15 a 17 anos que estão fora da escola, poderíamos ter como atrativo também o esporte, caso isso fosse organizado de maneira adequada dentro dos nossos sistemas de ensino.

O esporte está na ordem do dia, por conta dos grandes eventos. Pensando no legado das Olimpíadas, temos debatido bastante no TCU que hoje não existe ainda um plano para esse legado. Ele vem sendo discutido, mas nos preocupa que se chegue ao fim de um evento dessa natureza sem ainda se ter determinado de forma realmente planejada o que vai ser feito dessas instalações no futuro.

Diante disso, eu trouxe algumas contribuições, que depois passarei aos senhores, a partir dos trabalhos que o TCU já fez e das discussões que já foram travadas em torno dessa proposta do Plano, em termos das diretrizes ou das ações.

Uma delas seria estender a Diretriz 1 para toda a educação básica. Hoje, por exemplo, nós temos em torno de 53% dos jovens de 15 a 17 anos — a idade adequada — no ensino médio. Essa é uma faixa etária em que a propensão a gostar de desporto se reflete muito nas escolas.

Estabelecer ações para o período pós-carreira dos atletas. Eu vejo várias questões relacionadas a gestão, a treinamento, mas falta algum tipo de ação para que o atleta, após terminar o período em que serviu àquela modalidade, possa dar continuidade, digamos, à sua vida normal.



Incluir educação básica na diretriz.

Promover campanhas ou a articulação do poder público com lideranças comunitárias, de modo a reduzir a depreciação de equipamentos esportivos. Acho que existe uma ação mais específica na diretriz 2, e minha sugestão é que se amplie isso para além da questão da necessidade de recursos para a manutenção dos equipamentos, que também é algo que consta aqui e já foi falado por outros colegas.

Eu acrescentaria à diretriz 1 a necessidade de infraestrutura adequada para a prática desportiva nas escolas, propondo que as escolas que venham a ser construídas já apresentem nos seus projetos a previsão dessas instalações.

Promover ações que favoreçam a formação continuada do professor de educação física. Isso envolveria tanto as universidades quanto as confederações que de alguma forma pudessem se articular para também oferecer esse tipo de formação aos professores.

Outra proposta é uma melhor articulação entre o desporto de base — chamei aqui de desporto de base, mas me refiro ao desporto educacional, de lazer — e o desporto de rendimento. Por exemplo, foi inaugurado nesse último fim de semana em Franco da Rocha o primeiro Centro de Iniciação ao Esporte, de um conjunto deles que está sendo construído. Esses Centros de Iniciação ao Esporte foram projetados para ter uma estrutura para desenvolver modalidades olímpicas e paraolímpicas; cada centro vai escolher suas modalidades. Eu acho que, por iniciativa das confederações, poderia haver algum tipo de articulação para que esses centros fossem um meio-termo entre o esporte escolar e o de alto rendimento.

Por fim, sugerimos que, dentro do diagnóstico sobre o esporte, aqui proposto que seja feito a cada 5 anos, haja um mapeamento dos equipamentos esportivos disponibilizados para a população, para acompanhamento dos gestores.

Obrigado mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Sr. Alipio, nós é que agradecemos. Em breve estarei fazendo uma visita aos senhores junto ao Tribunal de Contas da União.

Aprendi muito cedo que tudo vai bem se começa bem. Ajuda muito iniciar bem, dentro desses órgãos fiscalizadores, desses órgãos que realmente fazem acompanhamento, haja vista que muitas vezes um local onde não se constrói algo



com o acompanhamento dos senhores é a porta de entrada para picaretagem, para politicagem, para algumas dificuldades.

Nós temos que ter responsabilidade. Se realmente queremos algo do jeito que idealizamos para o esporte, nós temos que seguir nessa linha séria, e nada mais sério do que essa construção junto ao Tribunal de Contas da União.

Vocês têm, na questão da Secretaria de Controle Externo, da Educação, da Cultura, que passa por uma situação de dificuldade hoje, maculada a sua imagem por alguns, que não é a realidade, e do Desporto também.

Então, diria o seguinte: não nos deixem sós, não nos abandonem, construam conosco, porque é dessa forma que nós vamos poder fazer um Plano Nacional de Desporto, com orgulho, para as próximas gerações, principalmente para nós aqui que estamos elaborando.

Antes de dar sequência, vou citar aqui a presença de três pessoas. Eu vou passar a palavra ao Deputado João Derly, antes de citar as pessoas, porque S.Exa. tem compromissos. Quebro um pouco a ordem. Passo a palavra a V.Exa. para que possa fazer suas considerações.

Eu gostaria só de citar aqui a presença aqui do Sr. Vicente de Souza Sobrinho, da Fundação de Esportes do Piauí. Obrigado pela sua presença. Sr. Gilson Dória Leite Filho, da Secretaria de Estado do Turismo e do Esporte de Sergipe. Obrigado pela sua presença. Sra. Cristina Queiroz Mazzini Calegaro, da Secretaria de Estado do Esporte, Turismo e Lazer do Distrito Federal. Obrigado, minha querida.

Passo a palavra agora ao Deputado João Derly.

O SR. DEPUTADO JOÃO DERLY - Primeiro, gostaria de cumprimentar o Secretário da Comissão de Esporte, o Lindberg, porque ele foi o grande idealizador dessa Subcomissão para discutir o plano na câmara dos Deputados.

Na minha primeira fala citei a necessidade que nós temos de sistematizar o esporte brasileiro e planificar o que nós queremos para o futuro do esporte. Na ocasião eu tinha conversado com o Deputado Danrlei para que pudesse criar a Subcomissão e ter na maestria o Relator superqualificado, o Deputado Evandro Roman, que tem feito um belo trabalho. Agradeço toda à Consultoria, a Carol, o Gabriel. São pessoas importantes para nos ajudar nessa construção de uma



proposta para o Ministério. Não é competência da Câmara dos Deputados, mas nós gostaríamos de propor algo, já que após três conferências do esporte ainda não temos um plano. Desde a primeira conferência foi proposto um Plano Nacional do Esporte. Então, é extremamente importante hoje o momento que nós estamos vivendo. Acho que temos boas contribuições. Gostaria de ficar mais tempo para ouvir todos e afinar um pouco mais os ouvidos para o que nós gostaríamos e queremos.

Fui Vereador durante 2 anos em Porto Alegre. O orçamento de Porto Alegre era de 750 mil na época para o esporte. Isso praticamente pagava a folha da Secretaria. Vivemos o problema do financiamento e do seu formato. Não sei se o formato de financiamento encaixa no plano ou no sistema. Eu acho extremamente importante vinculação orçamentária, principalmente da União, um mínimo de investimento e até a organização desses investimentos. É discutida a ênfase ao esporte educacional. Eu acho que seria um grande norte para nós.

Ano passado, eu propus uma PEC, Deputado Evandro Roman, para a vinculação orçamentária de 2% para o esporte. Sabemos que às vezes as coisas precisam de um empurrãozinho, de uma força. Talvez possamos dar esse empurrãozinho, já entrando em uma questão importante, a da das atribuições. A LDB — o Gabriel está me mostrando aqui —, nos seu artigos 8º ao 11, já traz definições para a atuação do Município, do Estado e da União. Seria importante isso ser definido na Constituição para não acarretar vício de origem através de projeto de lei. Seria importante isso ser inserido na Constituição.

Eu estava conversando com o Gabriel. Talvez dentro dessa PEC possamos ampliar, ou aproveitar o momento em que vivemos grandes eventos no nosso País, desde os jogos Pan-americanos, e denominar PEC olímpica. Não sei. É uma proposição discutida no CNA. Acho que poderíamos inserir isso dentro de uma PEC, denominá-la PEC olímpica, para que possamos ter esses ganhos e, de fato, um legado. O legado tão sonhado na promoção do esporte educacional, do lazer e do rendimento. Que esses investimentos não tenham sombreamento, e sim que consigamos aplicá-los, já que reclamamos tanto da falta de recurso no esporte. Às vezes pode até não faltar, mas a forma como está sendo investido. Então, se



conseguirmos de fato organizar isso, nós teremos um grande legado para o esporte brasileiro.

Contextualizar cada diretriz é importante. Isso é bom para dar um norte. Falta informação. Através do TCU nós temos muito conteúdo. Acho que seria importante nos passar um pouco deste conteúdo. Seria um legado dos jogos olímpicos. Foram mais de 280 projetos aprovados. Queremos saber em que pé isso está. O Gabriel me passou dados sobre as escolas. É extremamente importante sabermos. Temos um total de escolas públicas, no ensino fundamental, de 118.914. Com quadras esportivas há 38.171, 32%. No ensino médio, nós temos 19.400 escolas. Dessas 19.400, 75% delas, 14.647 escolas com quadra esportiva. Isso representa 38% de todas as escolas públicas com quadra esportiva.

Isso sem entrar no mérito de salas alternativas para esportes indoor, como judô, jiu-jitsu, ginástica, que não precisam ser dentro de uma quadra esportiva. Isso nós não temos. Acho que seria importante aprofundar pesquisas nesse âmbito para saber quais escolas trabalham na com salas alternativas para atividade física ou para o esporte.

Temos um déficit enorme. Eu acho que poderia até apontar no plano o que nós desejamos para construção, para reforma, para que tenhamos um número maior de escolas com acesso real à prática esportiva.

Uma questão na Diretriz Um, definir na Ação Quatro diretrizes para projetos político-pedagógicos das escolas acerca da carga horária semanal recomendada para educação física, exercícios e atividades físicas, conforme a Carta Internacional da Educação Física e do Esporte da UNESCO. É importante sabermos as diretrizes dessa carga horária. Geralmente, nós temos a definição de carga horária na matemática, na história. É importante também definirmos qual seria a nossa carga horária.

Bom, os desafios são enormes. Nós temos a dificuldade de não poder fazer diretamente. Mas nós estamos fazendo, sim, uma proposição ao Ministério. Precisamos do engajamento.

Eu acho que o conteúdo que vocês estão hoje nos trazendo, tudo que nós temos estudado até então dá para sair, sim, um bom plano. Agora o grande receio é não cairmos, como aconteceu com a educação. Nós temos um plano que foi



aprovado há 2 anos e das 20 metas propostas apenas uma foi cumprida. Então, nós temos que ter muito pé no chão do que queremos propor, para que possamos realmente executar, se vier a ser aprovado, se houver um plano nacional do esporte, propor, cumprir e realmente massificar a prática esportiva, seu desenvolvimento nas mais diversas manifestações esportivas que nós temos no nosso País.

Então, contem conosco para essa luta, para essa batalha que nós temos aí de realmente termos um legado para os jogos olímpicos. A preocupação é muito grande. A cada dia mais as úlceras aqui vão aumentando, problema de estômago... Mas eu sempre fui muito otimista. Se eu não tivesse sido otimista, não teria sido atleta de alto rendimento, com todas as condições, de onde eu vim, Lars Graef, que também é um grande ídolo. Sabemos das dificuldades que enfrentamos quando atleta. Esse otimismo, essa força de vontade pelo trabalho para que possamos desenvolver tem que estar nos nossos corações, na nossa vontade e unirmos forças. Eu sei que muitas vezes temos algumas divergências em alguns pontos, mas há necessidade de unirmos forças para que o esporte tenha o peso que ele joga na sociedade brasileira, o peso real, não só o peso no discurso, mas o peso real que ele joga principalmente na formação do indivíduo, na formação de nossas crianças e do nosso futuro brasileiro.

Então, conte conosco. Há aqui um grande aliado, Evandro Roman, que também é uma grande pessoa, um grande Deputado. Eu fico com ciúmes dele porque eu não consegui concluir o meu curso. Mas eu fiquei sabendo que há agora o curso a distância.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Está em tempo ainda, está em tempo. Nós vamos fazer.

O SR. DEPUTADO JOÃO DERLY - O problema é o tempo, que é um pouco escasso. Mas contem conosco e nós contamos com vocês para que possamos fazer uma boa proposição e cumpri-la. Esse é o nosso grande desejo.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Obrigado, Deputado João Derly. Ouvindo V.Exa. — algo que tem que ser exequível mesmo —, reconhecemos que não adianta entrar na Ilha da Fantasia. Temos que saber certo, passando por processos de revisão. Acho que V.Exa. tratou realmente de um ponto crucial, que é



muito bonito imaginarmos o ideal. Mas se nós trabalharmos firmes, com o propósito do real, onde todos pegam firme, tenho certeza de que vai dar muito certo. Eu tenho certeza também de que você em breve vai voltar ao seu curso, completará seu curso também. É um dos debates que nós temos.

Mas eu passo a palavra, que havia solicitado uma parte na fala do Sr. Alípio, ao Presidente do Conselho Federal de Educação Física — CONFEF, Sr. Jorge Steinhilber — e eu acabei me esquecendo da sua solicitação.

O SR. JORGE STEINHILBER - Não tem problema. Eu vou pedir para fazer um aparte também na fala do Deputado João Derly, porque eu achei muito interessante ele resgatar a questão do Plano Nacional de Educação.

Quero lembrar que o Plano Nacional de Educação de 2000 a 2010 é um, o de 2010 a 2020 é outro. O de 2000 a 2010 não foi cumprido, ou seja, nós precisamos fazer com que as ações efetivamente transformem as legislações dos planos concretamente, porque tem nas diretrizes a obrigatoriedade de que todas as escolas a serem construídas, inauguradas devam ter uma quadra de esporte. E o senhor acabou de citar que ainda estamos em 33% ou 38%, ou seja, várias escolas que foram criadas ao longo desse tempo não cumpriram a legislação. Então, só para complementar.

O aparte que eu pedi foi em relação ao TCU. Cumprimento realmente o trabalho que o TCU vem fazendo e quero pedir que sejam incluídos dois naqueles documentos que foram apresentados ali, que considero fundamentais. Um é o relatório, o diagnóstico que o TCU fez em relação ao esporte de alto rendimento, onde ele insere toda a questão do esporte de base e o esporte educacional. Está fantástico! Em conjunto com o diagnóstico do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, ele levanta todas essas questões relacionadas ao esporte de base, educação física e tudo mais, que vão contribuir de maneira muito mais efetiva do que o diagnóstico do Ministério do Esporte. Esses dois diagnósticos são efetivamente muito mais conclusivos e efetivos do que o próprio diagnóstico do Ministério do Esporte.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Obrigado.



Quero registrar a presença também do Sr. Paulo Rogério Oliveira Sabioni, Secretário do Esporte e Lazer da Prefeitura de Valinhos, São Paulo, obrigado pela sua presença, e do Sr. Márcio Moreira, Presidente da Federação Paulista de Luta de Braço, obrigado pela sua presença. Obrigado, Deputado João Derly. Se V.Exa. puder retornar, estaremos aqui conduzido também à tarde.

Passo a palavra ao Sr. Luciano, da Confederação Brasileira de Desporto Universitário — CBDU.

O SR. LUCIANO CABRAL - Bom dia, Deputado Evandro Roman. Bom dia a todos os presentes. Quero saudar o Deputado João Derly, que está precisando se ausentar, mas é um colega judoca e é uma satisfação, mais uma vez. Quero saudar todos Deputados presentes.

Eu gostaria, antes de me reportar ao documento aqui, de tratar do desporto universitário. Falamos do esporte escolar, do desporto educacional e acho que não escutei ninguém falar do desporto universitário. No nosso entendimento, da Confederação, gostaríamos até de solicitar a produção dos documentos que tratassem do desporto educacional contemplando o esporte da escola até a universidade, porque senão acabamos validando um grande equívoco do nosso País, que é se esquecer do esporte universitário. E quando nos reportamos ao esporte universitário acabamos usando como exemplo o modelo do esporte universitário americano. Muitos falam disso e muito poucos conhecem sobre o modelo e que grande parte não se aplica ao nosso País.

Então, a Confederação Brasileira do Desporto Universitário — CBDU, que se enquadra dentro do sistema federativo, considera o esporte educacional que contemple o esporte na escola até a universidade, porque senão vamos de novo reforçar a cultura equivocada em nosso País de que o adolescente quando chega à fase dos 15 aos 17 anos abandona o esporte e é até convencido pela própria família a abandonar o esporte para poder estudar, ingressar na universidade. Com isso, perdemos, na fase de formação do atleta, na fase final, um grande espaço que é no término do ensino médio e início da universidade.

Reportando-me, Deputado, ao documento aqui apresentado, esse documento... Eu tenho uma anotação anterior aqui, desculpa. O Robson Aguiar falou dos 10% do esporte escolar e eu gostaria de destacar também que a CBDU tem 5%.



Então, já é difícil trabalhar com 10% no escolar e no universitário trabalhamos com um universo ainda mais complicado porque o escolar tem uma quantidade bem maior. Quando trabalhamos com o estudante na fase adulta, que ele já consome, nas estruturas do alto rendimento e tem um nível técnico mais elevado, o João Derly, por exemplo, foi atleta, campeão e tetracampeão universitário, conhece bem isso... Então, temos também um valor muito pequeno para tratar com um grupo que já se qualifica como os principais atletas do País.

Mas, voltando ao documento, o documento trata de algumas questões, e eu até vou acessar o sistema e caminhar pelo *weinberg*. Mas eu gostaria porque são pleitos da Confederação, Deputado. Por exemplo, na Diretriz nº 2, que trata de um programa que possibilite o acesso à prática da cultura do esporte, eu vou à Ação nº 3, que fala de implantar estruturas esportivas qualificadas em 100% das universidades públicas e em 100% dos Institutos Federais de Educação, estabelecendo as condições de uso. E aí ficam faltando as privadas.

Na verdade, Deputado, a CBDU tem pleito repetitivo ao Ministério do Esporte, algumas vezes na Comissão, para que façamos uma ação perante o Ministério da Educação. O Ministério da Educação faz a avaliação das instituições do ensino superior não só para autorizar os cursos, mas também para validá-los a cada ano. Existem diversos critérios que têm algumas universidades. Elas são avaliadas na estrutura, se há ar-condicionado, carro, laboratório. Mas não há critério de avaliação dos equipamentos esportivos.

Esse equipamento esportivo deveria ser obrigatório e avaliado a cada ano, como todos os outros equipamentos, como todas as salas de aula, claro que proporcional ao número de alunos. Uma universidade que tenha 500 alunos deveria ter, pelo menos, uma sala de judô ou um clube de xadrez, uma universidade que tenha 20 mil alunos deveria ter ginásio, pista, piscina. Então, isso deveria ser critério de avaliação, inclusive do INEP.

Também é critério de avaliação das universidades os programas de extensão. Mas não é critério de avaliação das universidades os programas do esporte, se a universidade tem um programa de esporte, se tem oferta esportiva. Não é critério de avaliação. E a CBDU tem lutado por isso, para que isso se torne critério de avaliação, que as universidades sejam avaliadas por terem estruturas esportivas e



programas de esporte. Eu não estou falando só de ter equipe de esporte, mas ter programas para atender toda a comunidade universitária dentro do âmbito universitário.

Então, o pedido da CBDU, eu vou encaminhá-lo oficialmente, mas eu gostaria de pedir a V.Exa. que encaminhe.

Algumas universidades, nesse mesmo contexto, falam que contemplam o esporte quando deixa os próprios alunos organizarem os jogos internos. Mas nós não pensamos assim. A Confederação pensa que é papel da universidade. E ainda mais: a Confederação pensa que se deve garantir que as instituições tenham os departamentos de esporte, de gestão do esporte da universidade desvinculados do curso de educação física. O curso de educação física é um curso de formação de um profissional, como os outros cursos. A gestão do esporte da universidade para atender à comunidade universitária tem que ter departamento específico para tratar as questões do esporte, e dentro da universidade. Algumas universidades públicas já fazem isso no Brasil. As privadas têm mais facilidade. A CBDU luta para que isso seja critério também, que as universidades tenham essa obrigação. Algumas universidades tratam o esporte universitário só pela ótica da pesquisa e não têm prática esportiva. Nós não entendemos isso. Como a universidade promove pesquisa, mas não tem o esporte dentro da universidade? O esporte é ordenado com a gestão da própria universidade.

A CBDU, só como registro, Deputado, nós temos jogos que vão para a edição de nº 76, que são os Jogos Universitários Brasileiros. Eles existem no Brasil desde 1935. Nós temos uma 14ª modalidade, que são os jogos acadêmicos. São dois alunos que apresentam um trabalho, esse trabalho é avaliado por uma banca de doutores e os melhores trabalhos são publicados em revistas indexáveis. Então, promovemos a pesquisa, mas precisamos também que se torne uma obrigação das instituições públicas e privadas do nosso País.

A Diretriz nº 3 também fala de tornar o Brasil uma potência desportiva de alto rendimento. A CBDU tem feito um pleito, Deputado, por exemplo, a Ação nº 1, de implantar um plano de alto rendimento com ciclo olímpico, a partir do planejamento integrado por modalidades, com pleno atendimento das necessidades ou oportunidades de cada uma das modalidades. Que a CBDU, quando o Governo



futuro implantar planos dessa forma, de estímulo aos atletas de alto rendimento, considere um dos critérios: estarem estudando. Nós temos algumas bolsas, benefícios, que o atleta precisa ser campeão sul-americano, pan-americano. Mas em nenhum momento está escrito que ele precisa estar estudando. Há garotos de 15, 16, 17 anos que podem estar fora do sistema educacional e sendo premiados por alguns planos de incentivo à conquista de medalhas. São válidos, mas também eles devem estar inseridos. Também é papel do Governo facilitar esse acesso ao sistema de ensino público e privado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Para concluir.

O SR. LUCIANO CABRAL - Por fim, Deputado, para concluir, eu vou à Diretriz nº 4, que fala de estrutura de especialização para o alto rendimento. A CBDU fala que é necessário, no âmbito universitário, que tenhamos não só a garantia dos jogos escolares, que aqui é a primeira meta dos quatro, mas também dos jogos escolares e universitários, para que não quebrems esse ciclo, porque garantir o acesso ao esporte, à prática esportiva inclusive na formação, contempla inclusive uma das falas, que é o pós-carreira.

O pós-carreira, no entendimento da Confederação, começa no início da carreira. Quando garantimos que os nossos alunos, os nossos atletas, sejam eles de alto rendimento, sejam eles da prática da promoção da saúde ou lazer, estudem, estamos garantindo uma pós-carreira. Uma atleta campeã olímpica, uma atleta campeã mundial, que teve uma formação no ensino superior, após sua carreira de atleta tem que ter uma profissão para exercer.

Então, estamos tratando também do pós-carreira. Quando pedimos que sejam garantidos os jogos escolares e também os jogos universitários em todas as capitais e os Municípios com mais de 200 mil habitantes, pedimos que se estimule o esporte em todas as fases de educação, na fase escolar e universitária, para que beneficiemos não só o atleta campeão olímpico, mas também todo aquele cidadão que queria estudar e praticar esporte.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Obrigado, Sr. Luciano Cabral, representando a CBDU.

Agora com a fala o Sr. Vitório, do Comitê Olímpico Brasileiro.



O SR. VITÓRIO MENDES DE MORAES - Boa tarde a todos. Saúdo aqui o Deputado Evandro Roman e, em nome do Deputado, todos os colegas da mesa-redonda.

Começo, Deputado, parabenizando a Subcomissão pela iniciativa do Plano Nacional do Desporto, já que, na visão do Comitê Olímpico do Brasil — COB, sem prejuízo de outros documentos, como o próprio Sistema Nacional do Esporte, o Plano, na nossa opinião, é realmente o primeiro passo que devemos investir.

Eu, na verdade, selecionei algumas coisas no documento que eu iria falar, que é um pouco sobre o conteúdo, de forma geral, e desenvolvimento, mas eu não vou ser repetitivo, porque muita gente já falou, principalmente os professores Miguel, Simone e Fernando, que se referiram a ele de forma bastante acadêmica, o que eu acho muito importante.

Vou, simplesmente, dar aqui uns dois ou três exemplos para eu, inclusive, não estourar o meu tempo, já que vão demonstrar, inclusive, já sabedor de que qualquer modificação, através do Secretário da Comissão do Esporte, seria o caminho ideal, nós vamos formalizar dessa forma.

Primeiro, eu queria chamar a atenção para a Diretriz nº 5. Volto a dizer que estou simplesmente exemplificando. Já que estamos usando aqui a palavra “consolidar”, não sei se seria melhor “elaborar e consolidar” e já que nós estamos falando do Plano Nacional do Desporto, nós, no Comitê Olímpico, consideramos que o ideal seria que essa fosse a primeira diretriz, já que todas as outras: instituição de programa que possibilite o acesso; tornar o Brasil uma potência esportiva, todas as outras, na verdade, demandariam um planejamento para que fossem obtidas.

Na própria Diretriz nº 5, quando falamos em ações, eu gostaria de chamar a atenção, porque seria interessante fortalecermos. Estamos falando em fortalecer, e um dos nossos focos principais é o atleta. Eu acho que poderíamos citar aqui o fortalecimento da nossa Comissão Nacional de Atletas, tão bem representada aqui pelo eminente Lars Graef, nosso colega de Conselho e de Comissão.

Dando continuidade aos exemplos, nós temos aqui alguns números: *“Assegurar que 70% da população entre 15 e 74 anos pratiquem atividade física com regularidade”*; *“Implantar infraestrutura qualificada em 100% (...)”*. Quer dizer, eu não estou querendo aqui ser pessimista. Acho que temos de ser motivadores,



mas também não podemos colocar metas que possam ser impossíveis. Eu não conheço nenhum país do mundo que tenha 70% da população entre 15 e 74 anos praticando atividade física com regularidade. Pelo menos, não é do meu conhecimento.

Eu vou finalizar agora, pois, como eu disse, eu não quero extrapolar o meu tempo. Há dois pontos aqui que eu acho importante, inclusive em relação ao que o Comitê Olímpico do Brasil já vem realizando.

Existe aqui um item que fala em *“Garantir a realização de, pelo menos, uma competição escolar nas faixas etárias de 12 a 14 anos e de 15 a 17 anos (...)”*. Eu não sei se aqui a palavra ideal seria garantir a continuidade. Esses jogos escolares já existem há 12 anos. São realizados em conjunto pelo COB com a Confederação Brasileira de Desporto Escolar — CBDE, representada aqui pelo meu amigo Robson. É um evento já estabelecido, reconhecido internacionalmente. Recebemos o Comitê Olímpico Internacional com observador. Recebemos representantes de outros países. São 4 mil atletas nacionais. Alguns desses atletas, inclusive, já se tornaram atletas de alto rendimento.

Então, acho que vale a pena talvez colocarmos que isso seria uma continuidade e que achamos muito importante. Até achamos que poderia haver mais participação de entes governamentais.

A última observação, aproveitando a colocação do meu colega Alípio, do TCU, sobre pós-carreira, é que o COB também tem o Instituto Olímpico Brasileiro, que eu acho que é de conhecimento da maioria aqui, e nós temos programas também reconhecidos pelo Comitê Olímpico Internacional, inclusive, aqui no texto citam Universidades do Esporte. Eu não sei exatamente o que se quer dizer com isso. Quer dizer, talvez pudéssemos elaborar um pouco mais esse texto.

O COB tem experiência não só em pós-carreira de atletas, inclusive, alguns de tanto sucesso que estão empregados no Comitê Olímpico, após esse programa, e alguns em confederações, também temos um programa de treinadores chamado Academia Brasileira de Treinadores. Quer dizer, reconhecemos a necessidade de que treinadores sejam bem preparados, não só para o alto rendimento, mas para o esporte educacional, para o esporte de base também.



Temos o Programa de Capacitação de Gestores também no Instituto Olímpico. Quer dizer, estamos andando com alguma coisa referente à educação em termos de esporte.

Era isso. Em nome do COB, agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Muito obrigado, Vitorio, pelas suas colocações em nome do Comitê Olímpico do Brasil.

Seguindo, com a palavra o Sr. André Arantes.

O SR. ANDRÉ ARANTES - Eu até iria pedir um aparte, mas já há tanta gente para falar, que resolvi não pedir, mas fui presenteado com isso.

Então, só começando de trás para frente, concordo com o que o Vitorio falou sobre os jogos, só quero fazer uma correção na idade: não são 12 anos. São 47 anos. Os jogos começaram em 1969, então, eles existem, sim, há muito tempo, mas é há muito tempo mesmo.

O SR. VITORIO MENDES DE MORAES - André, só um segundo. Eu sei que existiam os jogos estudantis, inclusive, eu participei deles em 1972 — acho que há pessoas aqui que nem eram nascidas —, mas eu estou falando só da nova roupagem que vem de 12 anos para cá.

O SR. ANDRÉ ARANTES - Pois é. Eles existem desde 1969 e, de lá para cá, já tiveram novas roupagens, novos nomes, novas perspectivas, mas eles existem. Esse é o fato concreto.

Boa tarde, Deputado Evandro Roman, Lindberg, colegas aqui do esporte. É excelente esta iniciativa.

Eu tenho dificuldade quando eu pego um documento assim para ler. Eu penso: “*Nossa, aqui há um universo*”. Como fazemos para começar a olhar para o universo? Eu tenho uma dificuldade tremenda. E eu acabei resolvendo me apoiar nos documentos que vocês próprios, Lindberg, tinham usado, para ver se eu consigo entender um pouco melhor a estruturação do documento.

Então, basicamente, escolhi dois: o *Canadian Sport for Life* e o *Long-Term Athlete Development*, que são a mesma coisa, o modelo canadense, e o Acórdão nº 357, de 2011, do TCU, que foi inclusive comandado pelo Eduardo Favero, se não me engano, à época,



Então, a minha observação vem a partir daí. Eu não vou apontar o que há. Eu vou apontar aquilo que eu não vi e acho que é importante que consigamos avançar em outro momento para isso.

A primeira coisa que eu fiz, olhando para o sistema canadense, foi pegar tudo que estava lá, as diretrizes, embaralhar e criar novas três diretrizes, que estavam ali dentro mesmo, que é uma grande diretriz, que é a educação física e o esporte na idade escolar nas escolas, clubes e outros ambientes.

Uma segunda nova diretriz seria o desenvolvimento do esporte de rendimento nas universidades, nos clubes e em outros ambientes. E uma terceira diretriz que é o desenvolvimento do hábito da vida saudável ao longo da vida.

Então, eu estou botando essas três na diagonal e vou me apoiar em um documento que vocês trouxeram, que é esse documento que está no acórdão do TCU, que são os pilares para o esporte de rendimento desenvolvido pela Professora de Bosscher, da Universidade de Bruxelas, só que vou aproveitar para uma criação esportiva. Há a criação artística, mas como eu não sou artista, eu sou esportista, eu vou fazer uma criação esportiva.

Então, eu criei algumas categorias a mais, e a ideia é a seguinte: na categoria recurso financeiro, quando eu olho aquilo que está no documento, nenhum dos três trata de nada referente a recurso. O Panzetti inclusive tinha falado isso, que é importante.

Numa segunda categoria, que é a da organização, estrutura e política, pouco se vê também nas três. Quer dizer, no primeiro grupo, que é esse de escola, há alguma coisa falando de educação física, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — LDB, mas avança pouco. Eu acho que o Prof. Mascarenhas até colocou isso, que também estava na minha observação.

Para minha surpresa, a participação esportiva e o desenvolvimento de talentos, praticamente, não existem nesse primeiro bloco, que é o bloco da educação física e esporte. Ou seja, o desenvolvimento do jovem até essa faixa etária, que ele está na escola, não tem nada, e deveria ter. Então, aqui há uma lacuna que precisamos vencer.

Sobre a excelência esportiva, considerando esses três blocos, o único que deveria ter alguma coisa é aquele que fala de esporte de rendimento, mas tem



pouca coisa, ou pouca coisa significativa — é aquilo que vamos ver — em termos de infraestrutura. Aparece, sim, em termos de infraestrutura, mas, em termos de programa, eu acho que precisamos avançar. Infraestrutura esportiva aparece em todos os três blocos. Formação e provisão de treinadores aparece, e até de forma significativa no bloco do rendimento.

Eu queria aproveitar para avisar à Câmara, a esta Comissão, aos colegas do esporte que estão aqui que, durante os Jogos Olímpicos, de 5 a 12 de agosto, acontecerá a Casa de Treinadores, uma iniciativa do ICCE — International Council for Coaching Excellence, que é a federação internacional de treinadores, bem como do Ministério do Esporte, com operacionalização da Universidade Federal do Paraná. Estão todos convidados. Quem precisar de mais informação pode entrar em contato comigo que eu providencio.

Na formação de professores, a primeira parte é sobre a educação física, ali, em esporte escolar, há coisas que são importantes, mas não há nada relacionado ao lazer — e eu acho que foi a Rechia ou o professor que estava ao seu lado, da UnB, que falou isso. Realmente não há nada. Então, seria importante, sim, que houvesse alguma coisa.

Com relação a competição, engraçado, só aparece competição escolar, e até essa observação foi feita aqui há pouco. Onde deveria aparecer a competição com muita força, não aparece nada; não há nada em termos de competição de alto rendimento. É como se isso não existisse, não fosse importante. Seria muito importante que fosse contemplado.

Aí, uma das categorias que eu crio é a atividade de integração. Ninguém vai falar de competição no lazer, mas é importante a atividade de integração. Quais são as atividades de integração que podem acontecer na área do lazer? Sobre isso não há nada também. Seria importante que víssemos isso.

Com relação a ciência e tecnologia — também já foi falado aqui pelos professores —, aparece, mas muito pouco, só na questão específica do esporte de competição. É preciso construir, em parceria com entidades etc., alguma coisa ligada a ciência e tecnologia. Não aparece nada, nem na área de educação física e esporte, nem na área do lazer.



Então, é essa a minha colocação, não tenho mais nada para falar. Depois eu entregarei a apresentação à Câmara, e peço desculpas. A intenção da minha fala foi tentar olhar a questão de forma estruturada e organizada, com os documentos que os senhores trouxeram — são documentos importantes —, e chamar a atenção para algumas coisas que, quando organizamos, percebemos que precisam avançar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - André, eu lhe digo que não é só entregar. Nós vamos ter vários outros debates, em que vai poder acompanhar o que evoluiu, como evoluiu e o porquê da evolução ou o porquê da não evolução, considerando as suas colocações. Esse é o grande objetivo que nós vamos estar discutindo. Mas isso estou deixando para falar nas minhas conclusões finais. Como dissemos, nosso objetivo nesta audiência pública é ouvi-los.

Agora tem a palavra o Sr. Célio René, do Ministério do Esporte.

O SR. CÉLIO RENÉ - Boa tarde a todos. Cumprimentando o Deputado Evandro Roman, saúdo a todos aqui presentes.

Primeiro, quero parabenizar a Câmara pela iniciativa de tocar num tema tão importante, que é o Plano Nacional do Esporte. Nós que trabalhamos com esporte e estamos na gestão pública esportiva sabemos que falar de uma política pública esportiva sem ter um plano nacional é muito difícil. E, considerando uma característica do nosso País, inclusive, onde temos as trocas, muitas vezes, de gestão, se não há um plano norteador, corre-se o sério risco de caminhar para um lado em que, embora até correto, depois as ações acabam sendo interrompidas.

O Ministro Leonardo Picciani tem toda a atenção para com o caso — o Deputado já conversou com o nosso Ministro —, e especificamente o Secretário Leandro Cruz também tem dado grande atenção a esta causa. Os dois estão muito envolvidos com os Jogos Olímpicos. Não puderam estar aqui hoje, mas mandaram um abraço a todos.

Vou fazer um rápido histórico de como o Ministério vem tratando essa questão do Plano Nacional de Esporte, e aí eu acho que podemos fazer um alinhamento, inclusive, com essas ações da Câmara, e somar os esforços para que consigamos realmente ter, ao final, um plano condizente com o que o esporte merece.



O Ministério do Esporte, desde o ano passado, montou um GT, um grupo de trabalho, o qual eu presidi, para a elaboração do Plano Nacional do Esporte. Inclusive ele vem se reunindo mensalmente. E nós entregamos essa proposta de ação ao Tribunal de Contas — também somos provocados pelo próprio Tribunal —, que menciona a importância e a determinação da elaboração deste Plano.

A elaboração do Plano Nacional do Esporte também está atrelada aos contratos de desempenho. Temos uma lei nova em que há essa relação do poder público com o poder privado. Ele passa a se formalizar por esses contratos de gestão e pelo contrato de fomento. Então nisso houve uma modificação. E executar as ações — e aí estão envolvidas várias pessoas que estão aqui, e entidades —, pela legislação, só é possível se o contrato de gestão estiver atrelado ao Plano Nacional do Esporte. Então uma coisa está vinculada a outra.

Como essa comissão vem trabalhando, hoje, no Ministério do Esporte? Primeiro, nós buscamos as questões legais. O aspecto legal é muito claro na Constituição, no seu art. 17, que considera que é dever do Estado e um direito de todo cidadão a atividade esportiva. Mas ele, também, vai além e toca em outras questões do esporte, como a do lazer — também é uma obrigação do Estado fornecer iniciativas da área do lazer. Ele entende a independência das instituições, a preservação das atividades esportivas culturais. Então, a comissão vem trabalhando baseada nesses princípios legais.

Junto a isso, nós tivemos três conferências nacionais, em 2004, 2006 e 2010. Eu até trouxe o material, para quem quiser, e ele está disponível no Ministério do Esporte. É um material muito rico. Os números dessas conferências são muito expressivos — são mais de três Municípios, mil e tantos delegados; houve realmente a participação da comunidade esportiva. O trabalho sobre essas conferências traz dados importantes.

Neste momento, a comissão está fazendo uma avaliação do plano que foi apresentado ao Tribunal de Contas, de como será a proposta do Ministério para a execução do Plano Nacional, e, com a ação da Câmara, quem sabe possamos nos aproximar para construir algo bastante interessante.

Então, foi feita uma sistematização dos referenciais teóricos legais, nos dois primeiros bimestres deste ano, e a identificação das questões emergenciais e



críticas que dependem da pronta vigência do Plano Nacional e dos contratos de desempenho, também nos dois primeiros bimestres.

Nessa fase, nós estamos trabalhando com o balanço da implantação e das metas do Plano Decenal do Esporte 2010-2020. A III Conferência Nacional do Esporte apresentou um plano decenal do esporte. Foram estabelecidas algumas metas. Então, é um bom referencial para verificarmos o que foi alcançado nesse período, e, a partir daí, quem sabe, propormos novas ações.

Temos os Jogos Olímpicos, e essa é uma ação também que acaba interferindo no trabalho.

A previsão de apresentação do relatório final do Plano Nacional do Desporto e do contrato de desempenho desse grupo de trabalho do Ministério é final de dezembro. Na primeira proposta, tinha sido feita uma proposta preliminar do Plano, para depois haver uma conferência nacional, a validação desse Plano Nacional do Esporte, no próximo ano. Mas, devido a algumas questões, essa conferência nacional talvez não aconteça, então talvez antecipemos a apresentação. A Lei Pelé diz que o Ministério tem que propor o Plano Nacional do Esporte, mas tem que ser ouvido o Conselho Nacional do Esporte, porque lá nós temos uma grande representatividade.

Trago aqui, também, observações para refletirmos, e temos discutido bastante isso no Plano com base nessas informações. Tenho aqui um dado, por exemplo, que a conferência apresenta. Primeiro, a questão das manifestações e dimensões esportivas. Sabemos que nós temos oficialmente essas três dimensões: o esporte educacional, o esporte de rendimento e o de participação. As comissões apresentam a dificuldade de dialogar, sobre essas três dimensões do esporte, com o poder público, sobre os projetos públicos, as questões orçamentárias. E aí começa uma grande discussão — o que é educacional, o que é participação e o que é rendimento? E muitas vezes não conseguimos dissociar uma questão da outra. Como vamos falar do esporte de rendimento se não temos o esporte de base? E qual o esporte de base que queremos? Então, são reflexões que temos que fazer, neste momento, para que possamos realmente desenvolver o trabalho que queremos.



Ainda sobre as questões que foram apresentadas nas conferências, trago outra observação. Primeiro, as conferências não consideram excludentes as dimensões do esporte. Elas têm que ser respeitadas. O que podemos dizer de uma dimensão tão importante como a do esporte de lazer? Inclusive ela está atrelada à dimensão do desenvolvimento humano, é um direito constitucional. Ela pode ter uma afinidade. E por que não tem afinidade? Talvez essa seja uma reflexão que tenhamos que fazer.

Nós tivemos, em determinados momentos da nossa história, uma estrutura esportiva em que era muito clara a questão da base, a forma piramidal — isso, talvez, na época do governo militar, em 1975. A legislação é muito clara com relação a isso. Mas será que hoje é o modelo proposto? Será que isso vai conseguir alcançar todas essas dimensões do esporte? Será que não teremos outras dimensões do esporte capazes de entender a nossa cultura? É preciso respeitar toda essa questão das dimensões do esporte, até porque — e isto foi apresentado na comissão — elas não são excludentes.

O Prof. André apresentou o modelo canadense agora há pouco.

Nós temos dois trabalhos, duas comissões no Ministério do Esporte: uma é o GT do Plano Nacional do Esporte, que está atrelado aos contratos de desempenho, e a outra é o GT do Sistema Nacional do Esporte. O trabalho da comissão do Sistema Nacional também está bastante avançado; era a Profa. Cássia Damiani que o estava coordenando. Já há até a minuta de uma proposta.

Esse Sistema Nacional do Esporte, inclusive baseado nas conferências nacionais, nos apresenta algumas reflexões acerca do que temos hoje em termos conceituais. O que é o esporte educacional? Como enxergamos o esporte educacional? O esporte educacional é apenas aquele que está na escola? O esporte de rendimento tem alguma coisa de educacional? Como nós podemos enxergá-lo?

O modelo canadense tem outro formato. É lógico que esta, hoje, é apenas uma pequena apresentação, mas é apenas para exemplificar. Nós entendíamos tradicionalmente que era muito fácil aquele piramidal, correto, em que tínhamos uma base esportiva. E aí, na base esportiva, o objetivo era o degrau — os mais capacitados subiam uma plataforma, depois outra plataforma. Alguns países que



hoje utilizam isso têm como resultado um rendimento muito grande. Mas, como qualquer outro, esse sistema piramidal vai sofrer críticas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Peço que conclua.

O SR. CÉLIO RENÉ - Vou concluir, Presidente.

E esses que ficaram de fora da pirâmide, para onde vão?

O sistema canadense nos traz outra reflexão. Em termos de figura geométrica — vamos transportar isso —, seria um quadrado, em que, como o Prof. André colocou, teríamos a questão do esporte para a vida, essa base, essa iniciação esportiva. Os talentos poderiam ser encaminhados para o esporte de alto rendimento, mas os outros também poderiam caminhar com o esporte, como um direito à vida, ao lazer.

Fechando a minha fala, considero que o conceito de algumas coisas, talvez, nós teremos que mudar, porque senão vamos trabalhar e vamos ter cada uma das três dimensões do esporte caminhando para um lado, e dificilmente vamos conseguir chegar a um objetivo. Então, acho que o Plano Nacional tem que abordar também essas questões.

E volto a dizer que está sendo muito importante esta nossa participação — obrigado pelo convite —, porque isto aqui vai reforçar o nosso trabalho. Acho que, com essa aproximação da Câmara com o Ministério, vamos engrossar esse caldo e ter realmente uma legislação que atenda às necessidades.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Sr. René, obrigado, e parabéns pelo trabalho que vem desenvolvendo junto ao Ministério do Esporte, e pelo atleta que foi.

O senhor falou algo muito importante: não competem entre si uma posição do Parlamento e decisões do Ministério. Em algum momento, mas de forma muito isolada, nós sentimos, logo que chegamos à Câmara, que havia uma espécie de competição com relação ao que a Casa fazia. Não, nós sabemos muito bem qual é o nosso lugar, como Parlamentar, as nossas obrigações, mas não podemos fugir da discussão, como representantes populares. Se o caminho vai ser um projeto de lei ou se vai ser um projeto de apresentação para o Ministério como sugestão, vamos discutir com o Ministério o que for melhor, desde que realmente avance. Não temos nenhum interesse em que a paternidade seja de A ou de B. A questão é: o que é



bom para nós? O que vai fazer o esporte crescer? É dessa forma que nós vamos agir, sem competição, sem considerar quem é ou não o dono. E eu acredito muito que tem que ser uma ação do Ministério, mas com todas essas audiências, esse fortalecimento nosso, de um modo geral.

Com a palavra...

Por favor.

O SR. CÉLIO RENÉ - É só uma observação. O centro de Franco da Rocha faz parte da rede de treinamento de infraestrutura do Ministério do Esporte, inclusive, o Secretário Leandro já está tendo uma atenção para desenvolvermos, nessa rede de infraestrutura, entre elas o complexo Franco da Rocha, projetos desenvolvidos pelas questões sociais e educacionais do próprio Ministério para nós ocuparmos esse espaço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Com a palavra Lars Grael, nosso grande ídolo.

O SR. LARS SCHMIDT GRAEL - Muito obrigado. Boa tarde, Sr. Presidente Deputado Federal Evandro Roman, agradeço pelo convite.

Aqui estamos discutindo o Plano Nacional do Esporte num grupo extremamente seletivo e representativo. Nesta mesa redonda, chamada, temos aqui a representação de atletas, dos clubes formadores de atletas olímpicos e paraolímpicos, do comitê Olímpico do Brasil, que também representa as confederações a ele vinculadas, a entidade representativa de modalidades não olímpicas e não paraolímpicas, a representação dos profissionais de educação física, do jornalismo esportivo, da ciência do esporte, do meio acadêmico, do desporto universitário, do desporto escolar, do desporto militar, das ONGs e organizações sociais hoje vinculadas ao esporte, das secretarias municipais de esporte, das secretarias estaduais, dos órgãos de controle, em especial o TCU, que recentemente que produziu um documento de grande importância com um diagnóstico do esporte brasileiro e, na instância maior do Poder Executivo, o Ministério do Esporte. Mas chama a atenção a falta de um ente fundamental para este debate, o Ministério da Educação. Tratar de esporte, sem tratar de educação pode ser, às vezes, uma discussão estéril.



Nós sabemos que o esporte tem o seu papel na sociedade, aqui muito bem representado, mas do que tratamos aqui é fundamental essa integração com as políticas de educação. Talvez aí, muitas vezes, os nossos pleitos que são discutidos e aprovados, em documentos, em conferências, não são colocados em prática.

Temos que discutir definições, o Dr. Jorge Steinhilber falou bem, nunca ficou claro exatamente o que é definição de esporte nas suas amplas vertentes, assim como discutir atividade física em que um perpassa o outro, muito menos a definição de atleta. Nós tivemos um avanço importante nesta Câmara, quando se mudou a Lei Pelé, com o art.18-A, garantindo a representação dos atletas nos órgãos de colegiados das entidades, nos clubes, das federações estaduais, as confederações, os comitês, aí foi um avanço conceitual. Nunca tivemos, sequer, a definição do que é um atleta. Atleta é aquele cidadão que pratica uma caminhada no sentido do lazer e da saúde, ou é aquele que está federado a uma entidade praticante de esporte de rendimento? Nós temos que definir, perante a lei, o que é um atleta, caso contrário, essa hoje representação nos órgãos de colegiados torna-se inócua.

Nós tentamos aprovar isso, recentemente, na última reunião do Conselho Nacional do Esporte — aqui vários integrantes estavam presentes —, e, depois, fomos surpreendidos de que a reunião foi anulada por questões legais de mandatos de alguns integrantes que estavam vencidos, reunião última que foi em fevereiro deste ano. Então, acho que falta ao Conselho Nacional de Esporte estar mais ativo, com reuniões mais frequentes e que ele seja um órgão bem representado e plural.

Então, ainda sobre definições, falta uma consolidação das leis esportivas do Brasil e que nós possamos nos remeter à origem de todas essas leis que é a Constituição. O único artigo que é o art. 217 deixa evidente a prioridade da ação do Estado com relação ao desporto educacional. E aqui nós entendemos que há um denominador comum em quase todos nós, colocando essa importância no esporte educacional, no esporte escolar, no esporte lazer, no esporte participação, no esporte ação social. Então, nós estamos hoje cumprindo, de fato, o art. 217? Se nós não estamos, ou muda-se a Constituição, que é uma coisa difícil, ou temos que estudar o porquê do não cumprimento.



Falando sobre o plano, eu acho que fica evidente a necessidade daquilo que o Panzetti mencionou, quando, com muita propriedade, abriu essa discussão: uma lei de responsabilidade no esporte.

Hoje, na prática, o recurso de investimento no esporte brasileiro está sendo priorizado na infraestrutura esportiva. Aí nós temos um vício. Há uma vontade do gestor público de construir o concreto, o cimento, materializar algo tangível, inauguração, a placa de bronze. Tudo isso é muito bonito, mas não há a obrigatoriedade de se garantir o custeio e a manutenção dessas estruturas.

A quantidade de elefantes brancos que foram construídos nos últimos anos é impressionante. É o que o Panzetti falou: mais de 2 mil Municípios no Brasil sequer têm um orçamento previsto para o esporte, mas em muitos deles estão lá as quadras poliesportivas, os ginásios, os centros de treinamento e prática esportiva.

Gente, isso é um desperdício de dinheiro, é a falta de respeito com um recurso público. Nada contra a infraestrutura, que deveria estar sendo priorizada nas estruturas ligadas à educação para garantir aquilo que está previsto no Plano Nacional de Educação, mas o investimento em infraestrutura tem que estar vinculado necessariamente à garantia de manutenção e custeio daquelas estruturas.

Ou seja, nós voltamos ao ponto — sobre o qual o Panzetti também falou — de que as políticas públicas de esporte têm que estar garantidas, lastreadas com as políticas de financiamento.

Nas Conferências Nacionais de Esporte eu fui até um dos proponentes e escrevi um artigo na *Folha de S.Paulo*, certa vez, sobre a ideia inicial de você ter uma vinculação de receita, e que as Secretarias municipais e estaduais tivessem a garantia de que 1% de recursos daquele Município e daquele Estado fosse direcionado para o esporte. Pode parecer uma utopia, mas não estamos nem perto disso.

Então eu acho que aí volta uma questão prática. O que será do esporte após as Olimpíadas e Paraolimpíadas? Há uma preocupação da toda a comunidade esportiva se nós vamos, primeiro, consolidar os avanços já garantidos para, depois, então, aprimorá-los.

Então temos a garantia da manutenção da Lei Agnelo/Piva, da Lei de Incentivo ao Esporte, que deve ser aprimorada e, se possível, ampliada? Temos a



garantia do instrumento do Bolsa Atleta, da formação de atletas nos clubes através da CBC, do PROFUT?

Por quê? Já há uma preocupação. Um dos instrumentos importantes para o fomento do esporte nacional, que é a Lei de Importação de Material Olímpico e Paralímpico, sem similar técnico nacional, já foi revogada. A lei foi revogada, e o veto não foi aprovado nesta Casa.

Então hoje esta lei tem validade até o final do ano, e no ano que vem nós vamos perder esse instrumento, que era fundamental para o desenvolvimento do esporte, sobretudo olímpico e paraolímpico, até porque é um contrassenso. A maior parte dessas importações são feitas com o apoio do Ministério do Esporte ou dos instrumentos de incentivo por ele aprovados.

Então o Governo, por um lado, por uma mão, dá, mas por outra mão tira, coloca uma carga tributária absurda e torna a importação inexecutável. Então eu acho que nós temos que discutir isso. O Deputado João Derly tem consciência sobre a necessidade do resgate dessa lei de importação.

Como o colega aqui do meio acadêmico falou, debater um Plano Nacional do Esporte sem debater o sistema pode ser um debate inócuo. Então o Ministério do Esporte tem um trabalho que começou com um grupo de trabalho do qual nós participamos. Muitas vezes nós percebemos uma energia sendo gasta para juntar todo o setor esportivo nacional, na tentativa de definição de uma política. Aí há uma mudança de Governo, uma mudança ministerial, e nós voltamos à estaca zero.

Por isso é importante que a Câmara dos Deputados, pela Comissão de Esporte e pela Subcomissão do Plano Nacional, esteja atuando em consonância com o Poder Executivo para que possamos definir esse plano, e, se possível, transformá-lo em um projeto de lei e em leis que garantam a perenidade. E que o plano não seja um plano de Governo, seja um plano de toda a Nação brasileira. Nós temos que evitar o desgaste de planos e políticas que são momentâneos.

E eu gostaria de ver, Deputado Evandro Roman, que nesse debate, mesmo que não sejam integrantes da Subcomissão ou da Comissão, nós pudéssemos ter a contribuição de Deputados federais que já deram uma relevante contribuição ao esporte brasileiro, ocupando a pasta do Ministério do Esporte para que pudessem somar a esse esforço na construção desse plano.



Eu cito em especial o Deputado Federal George Hilton, o Deputado Orlando Silva e o Deputado Carlos Melles, todos os três já foram mandatários do esporte brasileiro.

Então aqui eu finalizo a minha participação agradecendo o convite aos colegas e dizendo da satisfação de termos esse ambiente plural e democrático para que possamos discutir um plano nacional.

Parabéns. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Agradecemos o Lars Grael pelas considerações pertinentes em relação ao Ministério da Educação. Eu tenho certeza que nós vamos conversar com o Secretário de Educação Básica, junto ao MEC, e nós vamos buscar o Ministro Mendonça, que é muito parceiro nosso e entende realmente dessa forma.

Agora, essas ações realmente precisam de um trabalho árduo, mas eu vou deixar para as minhas conclusões finais algumas falas que eu tenho.

Obrigado realmente pelas suas contribuições.

Passo agora ao Prof. Severino, da Universidade Católica de Brasília.

O SR. SEVERINO LEÃO DE ALBUQUERQUE NETO - Inicialmente eu gostaria de agradecer o convite ao Lindberg e ao seu grupo. Eu também gostaria de parabenizar o trabalho que o Lindberg vem fazendo à frente desse grupo. Eu quero também agradecer ao Deputado Evandro Roman e parabenizá-lo. Na pessoa de V.Exa. estendo os cumprimentos aos demais componentes da Comissão do Esporte.

Eu vou falar rapidamente, em virtude do tempo que nós temos, até porque boa parte do que eu tinha listado os colegas já contemplaram, e para não dar eco sem avançar.

Eu gostaria apenas de pontuar e resgatar o aspecto do conceito do Sr. Jorge Steinhilber. Também gostaria de parabenizá-lo pela sua fala. Na pessoa do Sr. Jorge eu quero estender um abraço a todos os profissionais da educação física.

Eu falo sobre a questão do conceito, que também foi retomada por vários outros colegas, para que nós não percamos tempo no âmbito daquilo que estamos realmente querendo estabelecer, para não correremos o risco de estarmos pensando em tratar de um assunto, quando, na verdade, o assunto já não é mais esse.



Então eu acredito que o esporte tem muitas manifestações, e todas elas aqui já foram elencadas, no âmbito do social, no âmbito da saúde, no âmbito da cidadania, no âmbito da educação. E eu acredito que todas essas manifestações são convergentes, mas há um perigo. Alguns, às vezes, imaginam que são divergentes e até mesmo uma contra a outra. O esporte de rendimento é contra o esporte de inclusão... E eu não vejo por aí, Deputado. Eu acho que é o contrário.

Eu acho que nós precisamos do esporte de rendimento para fazer o esporte de inclusão. Nós precisamos do esporte de rendimento para fazer o esporte social, o esporte de cidadania, o esporte de saúde.

E eu acho que esse é um excepcional momento histórico. E falo isso com algum conhecimento porque participei de todas as etapas da III Conferência de forma muito efetiva. Naquele momento o Brasil inteiro abraçou uma causa, entendendo que era um chamamento. Eu acho que agora novamente nós ouvimos esse chamamento batendo à nossa porta, e nós não vamos nos furtar a participar.

E, naquela ocasião, as instituições superiores de ensino foram grandes articuladoras. E eu fico muito feliz de ver entre essas 16 instituições aqui listadas para contribuir com o plano as IESs sendo contempladas, o que é normal, oportuno e eu diria até imprescindível.

Pelo tempo que tenho, eu gostaria de alertar sobre outras questões, mas eu apenas vou tentar marcar posição em nome das instituições particulares comunitárias. Elas são entidades públicas de administração não-estatal e elas têm muito a contribuir com esse plano, por sua infraestrutura e por sua história.

Eu falo aqui em nome da Universidade Católica de Brasília, mas eu poderia estar falando em nome da PUC e de tantas outras instituições, apesar de não ter essa procuração para falar em nome delas, mas apenas para não perder a oportunidade de registrar isso.

Essas instituições têm muito a contribuir nesse plano, no âmbito da formação de profissionais, não só de educação física, mas de todos os outros, que, dentro dessa, eu diria, rede de interligação se fazem necessários para atingirmos as metas aqui elencadas e para que nós possamos apontar para o mercado e também para formação de pesquisadores. Eu acho que é imprescindível essa participação.



E quero dizer também ao grupo capitaneado pelo Lindberg que eu testei já o e-Democracia. Parabéns. O portal é muito bom. Eu acho que isso é democracia, é oportunidade de outros colegas que não estão aqui em Brasília, que não podem vir para cá, também poderem contribuir.

Eu, rapidamente, assim que recebi o documento, não aguentei e entrei em contato com vários colegas de instituições espalhadas pelo Brasil inteiro, e todos eles, rapidamente, estão correndo para dar a sua contribuição. E aqui eu fico feliz porque o Deputado disse que nós ainda teremos tempo para revisar e ampliar.

Tenham certeza que toda a comunidade acadêmica vai abraçar esse projeto. Apesar das mudanças rotineiras de horizonte, nós vamos sempre nos animar porque há um espírito esportivo dentro natureza do ser humano, eu diria assim, e isso jamais poderá deixar de ser enaltecido.

Eu faço coro aqui com o colega da CBDU também, que fala da importância da inserção das escolas superiores particulares. Aqui, obviamente, estou alertando para a importância das escolas comunitárias — no nosso caso, as confessionais — que têm esse espírito voltado à coisa pública, em sua essência e em sua natureza de existir. Então elas não podem ficar de fora.

Eu deixei uma contribuição, Lindberg, no âmbito do e-Democracia, está certo? Depois eu gostaria de receber algum retorno e ver o que ainda podemos discutir.

Eu volto à minha instituição para provocar uma nova reunião para que eu realmente possa passar para os colegas o que estou vendo. Estou muito feliz porque eu acho que nesse momento as contribuições foram excepcionais. Eu acredito que vocês terão bastante material para isso.

E, para fechar a minha participação, eu quero conclamar os colegas acadêmicos para que nesse momento sejam generosos com o esporte brasileiro, se despojem dos a priori políticos, ideológicos e olhem para o esporte com carinho. São várias manifestações, mas todas interligadas e todas interdependentes. Não há como tratar de uma em detrimento de outra, e vice-versa.

Então eu gostaria apenas de marcar posição e deixar essa contribuição. Espero poder dar outras contribuições ao longo desse processo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Eu que agradeço. Obrigado pelas palavras, Prof. Severino.



Agradecemos também a presença de todos. Passo a palavra agora ao Prof. Vicente do Souza Sobrinho, da FUNDESPI.

O SR. VICENTE DE SOUZA SOBRINHO - Muito obrigado, Deputado. Eu quero parabenizá-lo pela iniciativa e cumprimentar todos os presentes.

De forma bem objetiva, Deputado, eu quero dizer que tenho visto aqui vários comentários, pegando aqui o gancho do Lars Grael, com relação à questão da educação.

Eu acho que a palavra é integração mesmo. Não tem como fugir disso. São diversos e palpitantes os temas que nós discutimos, e, sem nenhuma dúvida, muita contribuição é importante, mas eu me arrisco a dizer que talvez o principal deles seja o recurso, o dinheiro mesmo. E de onde vem isso?

Nós já ouvimos aqui diversos pontos. O próprio Deputado João Derly coloca aí uma sugestão de 2% de orçamento para o esporte. Eu acho que o Lars Grael também teceu um comentário sobre 1%. Essa é uma ansiedade antiga do meio. Eu sou Secretário já há bastante tempo, estou no terceiro mandato, e é um privilégio ser Secretário de Esporte do Governador Wellington Dias. Eu acho que é uma confiança também, mas eu gostaria de dar uma sugestão para que houvesse um possível encaminhamento para esses recursos.

O próprio Sistema Nacional do Esporte, através do Ministério, onde também já estive em algumas reuniões, sugere um fundo para o esporte. Ou seja, existe uma preocupação clara e latente na busca de recursos.

Eu não sei qual é a situação do Plano Nacional do Desporto com relação a essa preocupação, mas eu quero trazer a seguinte contribuição: em todas as modalidades de esporte — eu digo isso porque nós estamos lá na base, e você disse aí que também já foi Secretário de Esporte do Estado — existe a iniciação esportiva, que, às vezes acontece nos Municípios, ou, na maioria deles, não acontece por falta de recurso mesmo.

No futebol é mais claro, tem muito, e todos os Municípios, eu me arrisco a dizer, têm uma escolinha de futebol. O cara está lá só com as unhas, mas está fazendo.

Pois bem. No Brasil, também me arrisco a dizer, o Ministério da Educação, de todos os Ministérios, é o que tem mais dinheiro. O Governo Federal, por lei, tem que



cumprir algumas obrigatoriedades. Eu estava abrindo aqui o Google, o “Prof. Google”, e posso passar aqui rapidamente algumas informações — bem rápido mesmo — para desenvolver o meu raciocínio.

O *Portal Brasil* diz: “Educação. Ministério divulga valor de apoio financeiro por aluno da educação infantil”. Eu estou me referindo à educação infantil, porque eu quero me referir também à iniciação esportiva em todas as modalidades.

Aqui, o Ministério da Educação diz assim — é bem rápida a leitura —:

“Para o ano de 2014, ficou estabelecido que as creches públicas receberão R\$ 2.629,27 para cada aluno matriculado em período integral e R\$ 1.618,01 para período parcial. Já as pré-escolas receberão R\$ 2.629,27 por cada aluno do período integral e R\$ 2.022,51 para o parcial.”

Só para concluir o que eu quero dizer, aqui diz assim: “O recurso, que se trata de um valor anual, será fornecido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (...)”. Ou seja, de responsabilidade do Governo Federal.

Aonde eu quero chegar, Deputado, com esse raciocínio? É que se fizermos um entendimento, um termo de cooperação ou, então, como estamos trabalhando aqui, uma proposta, eu estou entendendo assim, que pode, sem dúvida alguma, virar uma lei, que o próprio Ministério da Educação — MEC reconheça que essas escolinhas fazem parte da grade curricular.

Ora, o professor de educação física falou aqui no início da fala dele de alfabetização esportiva. Então, se ele reconhece isso, e vêm esses recursos, ele vai reconhecer e, obviamente, vai ter que passar recurso para isso. Pode até não ser no mesmo valor, considerando a grade curricular do aluno normal em tempo integral, que é bem maior. Mas a iniciação esportiva não é feita no contraturno? Não é verdade isso? O garoto não tem como estudar pela manhã e fazer a iniciação esportiva. Precisa ser no contraturno.

Então, eu quero sugerir essa proposta. A gente consegue convencer o Ministério da Educação que o garoto está recebendo uma iniciação, uma alfabetização de alguma forma, que é educação mesmo, ele está recebendo



informação. Obviamente, nós vamos ter a garantia da lei de repasse desses recursos, ou através do ente municipal, estadual ou federal.

Posso até, junto com você, Lindberg, tentar elaborar essa proposta, mas há uma preocupação também com a questão dos recursos.

Era isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Obrigado, Professor Vicente.

Passo a palavra agora ao último orador, depois farei as conclusões e iremos para o encerramento.

Com a palavra o Prof. Fernando.

O SR. FERNANDO - Boa tarde. Agradeço a oportunidade de poder apresentar alguns números que nos foram colocados pelos presentes.

Aproveitando a deixa do Tribunal de Contas, são 264 Centros de Iniciação Desportiva. Desses 264 centros, num raio de 2 quilômetros, há 1.600 alunos.

Então, já é um universo muito maior que muitos países finalistas olímpicos.

Outro dado interessante: na idade de 12 a 17 anos, no Brasil, há 150 mil escolas com alunos da 5ª série ao 3º ano do Ensino Médio, com um universo de 37 milhões de alunos matriculados.

Então, acho que tudo que se falou aqui é válido, não há a menor dúvida, mas esse é o público-alvo desse universo.

Falou-se do Ministério da Educação. Eu sou da década de 60. Tenho 35 anos de formado na Faculdade Dom Bosco, onde mais da metade do curso era esporte. Hoje, um professor de educação física — já mudou, agora é profissional de educação física — é treinado pelas faculdades para ir para as academias. E eu pergunto: quem vai ensinar esporte para o jovem, se a maioria das faculdades está formando professores para academias?

Eu fiz uma pesquisa aqui em 2008, e percebi que, em 25% dos alunos matriculados no curso de Educação Física, 68% dos alunos nunca tiveram na aula de educação física da 5ª série ao ensino médio, uma aula sequer de atletismo. Na faculdade, há um semestre sobre isso. Como vão surgir atletas nesses 37 milhões de alunos?



Então, vejo que falta às faculdades de Educação Física voltar a fazer esporte com os alunos.

Falou-se aqui em instalações esportivas. No Brasil, há 100 locais para saltos ornamentais, mas apenas 25 estão sendo usados. Eu estive em Aracaju. Passei lá e vi que há um local para saltos ornamentais. Existe alguma escolinha nessa cidade para saber? Será que, em Aracaju, não pode haver um campeão de saltos ornamentais se não for oportunizado à criança o gesto esportivo? Eu creio que esses sejam detalhes importantes de um debate. Esse é o público-alvo desse universo que está sendo usado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - O.k., professor. Muito obrigado pelas suas ponderações.

Eu vou agora já para a parte conclusiva da conversa, pelo menos, desse estágio. Não é fácil se conter em receber as informações e, a todo o momento, a cada provocação, dá vontade de interferir. Mas, se eu fizer desse jeito, não é uma audiência pública, não é? Aí já se entra numa discussão e, para isso, haverá o seu momento.

Isso não é fácil, porque, à medida que os senhores e as senhoras vinham se manifestando, a minha cabeça ficava girando. Eu serei o instrumento de tentar transferir para o papel, como Relator, o interesse que vem a atender a cada instituição, sem que uma venha a negar a existência da outra — aquilo que até foi dito.

O esporte de alto rendimento não está competindo com o esporte escolar, que é o esporte educacional. Ele não precisa negar a existência de um para dizer que ele existe. Então, tudo isso tem que ser muito bem construído, bem elaborado com o Ministério. Tem que haver esse cuidado para construir esse instrumento. Eu tenho que ter a tranquilidade de ser um bom ouvinte para, a partir do momento em que eu fizer isso, eu possa sentar com cada um, em alguns momentos, no particular, e ver onde se avança e onde se quer ceder, para que nós possamos concluir um relatório.

Pelo caminho, teremos algumas dificuldades? Teremos, é claro. As situações são bastante difíceis. Eu sou — até num comparativo — Presidente de uma



Comissão Especial, dentro do segmento da agricultura, e eu digo aos senhores que deste estilo aqui de reuniões — em julho, vai fazer 1 ano — nós já fizemos mais de 60 reunião destas. E, ainda, estamos a 97%, 98% da conclusão desse trabalho ou mais. Eu digo que foram inúmeras e algumas pessoas não perderam uma reunião.

Eu quero dizer os senhores, parafraseando o Ministro Meirelles, que assumiu o Ministério da Fazenda, que vamos com calma porque temos pressa. Nós temos que ter essa tranquilidade de avançarmos de forma maciça e ouvi-los para que nós possamos construir esse documento que vem a ser exequível.

Na Ciência, muitas vezes, se colocam as verdadeiras teses de máquinas de moer água — fala-se disso, não é? Aquela situação que é muito bonita, muito bela, mas, na prática, para que lado vamos, não é, Panzetti? Eu digo que há situações que são magníficas no papel, mas que nós temos que tentar levar para a nossa realidade, nem tanto ao céu nem tanto ao inferno.

Espero que possamos ter, realmente, uma verdadeira situação de dizer: Olha, com isso, nós vamos avançar nos próximos 8 para 6 anos. Depois, passa-se por um avanço, já prevendo os próximos — do sétimo ao décimo. Espero que nós possamos estar numa constante vigilância e num constante acompanhamento aqui.

Eu tenho uma tese de que, para isso, nós vamos precisar muito de uma das situações que a cultura utiliza bastante, que é aquela força do ídolo, do ex-atleta, do atual. Eu diria que, sem aquela situação do exibicionismo, aquela situação real, não adianta fazer uma ação, mostrar para a televisão. Estão todos ali com aquela pirotecnia mostrando. E isso eu digo: não é nem a questão do atleta. Muitas vezes, é de nós, condutores, todos. Leva e apresenta: *“Ah, estão reivindicando verdadeiras ações para o esporte”*. E somem-se esses atletas lá.

Eu gostaria até de falar, na presença do Lage, mas, enfim, o maior culpado fui eu, pelo atraso, não tenho o que reclamar, na presença também do João Derly, como também do Célio, que foi um grande atleta também de judô, e de vários outros que eu poderia citar aqui, que tiveram suas trajetórias também dentro do esporte, mas que foram construindo com a força que a cultura utiliza. A cultura, em determinados momentos, tem um paredão que os blinda, mas de uma forma organizada, de uma forma estratégica, que é uma das grandes formas que os militares poderão nos ajudar. Então, nisso nós vamos poder avançar.



Em reuniões como estas, que alguns dizem: *"Poxa! Mas nos deslocamos de Campinas, do Rio Grande do Sul, do Piauí para falar por 3 minutos?"* Mas não há condições de darmos 30 minutos, porque eu vejo que muitos iriam transcorrer sua fala por 30 minutos com muito conteúdo, que iria contribuir, mas colocar 16 instituições dentro, falando, e vocês viram que fomos deixando... Quer dizer, é desta forma, pelo menos cada um vem se posicionando dentro das suas ações, das suas atividades, conforme defende o Comitê Olímpico Brasileiro, conforme suas defesas. Aí vem quem defende a questão universitária, quem defende mais o esporte e lazer.

O que pretendemos concluir é algo assim: em hipótese alguma um vem competir com o outro. Eles são pré-requisitos, um para com o outro. Esse é o grande objetivo.

Eu entro numa outra fala aqui sobre a questão política e politicagem. Ouvi muitas vezes: *"Isso pode ser política."*

Eu estou com 43 anos e até recentemente, vamos dizer que até maio de 2013, eu nunca fui filiado a nenhum partido político. Eu era um verdadeiro analfabeto político, e isso me dá uma tristeza muito grande. E o que me faz ter muito orgulho, num momento terrível, onde há um desgaste muito grande até da imagem política nacional, é fazer parte de uma estrutura política, porque, no momento em que o Brasil está sendo passado a limpo, eu estou dentro de uma organização, em que eu posso avançar e tentar mudar.

Então, eu gostaria que muitos desses atletas, alguns já fazem parte, como o João Derly e outros que eu poderia citar aqui, viessem de dentro de seus Estados para que pudéssemos organizar uma política de esporte cada vez mais presente e dessem força para cada um dos senhores que estão dentro da CBDE, dentro da CBDU, dentro das universidades.

Mas me entristece muito quando eu vejo alguns atletas, inclusive do Paraná, onde temos grandes ídolos, é um grande celeiro desses atletas, dizerem que política e esporte não podem andar juntos. Isso me dá uma tristeza muito grande.

Se o que temos é por partido político é porque avançamos nisso. Não vamos ter um Plano Nacional de Desporto do jeito que queremos sem força política. Então, é dessa forma: ser organizados politicamente e sempre na linha dos órgãos de controle. Se nós fugirmos disso, não sou eu que estou dizendo, é a história recente



do Brasil que está dizendo. Em alguns momentos, isso se deturpou e fugiu, mas, graças a estes órgãos, que também estão sendo colocados a limpo, isso nos engrandece muito a presença, e vou sempre falar isso, como a presença de muitos.

Vejo aqui alguns itens que eu coloquei. E eu me coloco, em alguns momentos, dizendo o seguinte: recursos são fundamentais, são importantes, não tem como nós vivermos no esporte sem recurso, mas não é só. Vejo que hoje existe a questão do recurso, mas existe a questão cultural. Eu vou para a Lei de Incentivo e misturo um pouco. A Lei de Incentivo tem 400 milhões para ser captado, mas o que mais se conseguiu até hoje foram 250 milhões. Estamos tentando trabalhar, inclusive está tramitando um projeto, de autoria do Senador Romário, para aumentar esse percentual de 1% do lucro real para 3%, o que vai nos ajudar muito. Mas temos também que colocar esse ponto, porque, se não tivermos o recurso lá no Piauí, não vai andar; se não tivermos recurso dentro das Forças Armadas, dentro do Ministério do Esporte, não vai andar.

O Deputado João Derly, quando coloca a PEC de 2%, nós fizemos um cálculo. O Ministério do Esporte já chegou a ter 3 bilhões de reais de orçamento, que caiu, vamos dizer, para pouco menos de 1 bilhão. Com a proposta dele, e levando em consideração o nosso Produto Interno Bruto, nós iríamos para aproximadamente 6 bilhões e meio, para 7 bilhões.

Eu acho que no momento é difícil, mas temos que apontar o dedo para isso, para crescermos gradativamente em 5, 6, 7, 8, talvez 10 anos. Não vai crescer do dia para a noite, mas gradativamente vai crescendo 0,3; 0,4; enfim, qual é a proposta? Tem que sair. Em 10 anos atingiremos os 2% que nós tanto queremos. Nós estamos realmente organizados, como acontece com várias situações internas que nós estamos aqui trabalhando.

Então eu diria aos senhores que isto aqui é algo que vai mesmo fazer muita diferença em nosso trabalho. Eu falo que, em primeiro lugar, se nós nos organizarmos aqui, com um plano organizado, em parceria com o Ministério do Esporte sempre, ouvindo inclusive quais são as diretrizes que o Ministério quer, mas sob a nossa condução, nós vamos sair com o plano nacional exequível, organizado, respeitando realmente todas as áreas que aqui foram mencionadas.



Nós vamos ter que fazer ainda muitas dessas reuniões até o final deste ano, mesmo em período eleitoral, eu tenho outros itens para abordar. Eu digo que a questão de 2017 é um ponto de interrogação na nossa área. De uma forma dramática, o que será de nós?

Em parte é assim, mas eu diria que nós teremos pela frente um período... O legado já ficou, alguém citou isso. Realmente, eu concordo, mudou, mudou muito, mas não atingiu aquele nosso objetivo daquela estrutura do esporte educacional, participação, explodindo, com o esporte rendimento.

Não conseguimos ver tanto avanço quanto gostaríamos, por vários motivos. Não foi só a questão da política de Governo, houve, inclusive, a questão de não haver uma política clara de um plano nacional do que queríamos. Não vamos transferir isso só para uma responsabilidade governamental. Nós temos uma boa parte desta questão, e não é fazer mea-culpa aqui, não, é ter esse entendimento.

Mas, como nós vamos fazer daqui para frente, com toda esta parte maravilhosa do espetáculo que o esporte nos proporciona, que se reflete? O ídolo tem a força de refletir lá na escola, porque todo o mundo quer ser um Lars Grael, todo o mundo lá na escola quer ser um João Derly, porque um ídolo proporciona isso. Então, se você massifica isso, você consegue.

Então tem que haver todo esse controle. *Muitas vezes, com o investimento em esporte de alto rendimento, vai-se tirar o do escolar.* Não, se bem orquestrado e planejado. Claude Bernard dizia: *“Quem não sabe o que procura, não identifica o que encontra”*. Se nós não sabemos o que queremos, tudo o que vier está solto, tanto o educacional, quanto o participação, quanto o alto rendimento.

Eu já vou finalizar. Estabelecer essas funções dos Municípios, dos Estados, do Governo Federal, isso é fundamental para todos nós. Eu fui fazendo essas anotações, para que possam servir, para que nós possamos avançar.

Eu vi o Lindberg aqui, a equipe técnica toda está aqui, o Gabriel, a Carol, há um pessoal trabalhando em cima disso, para que depois nós venhamos a sentar e dizer: *“Olha, daquilo tem que surgir um próximo documento, já acrescentado, para a reunião de agosto, logo após as Olimpíadas, com os senhores”*.

Então o objetivo é dizer o seguinte: primeiramente, tudo o que foi colocado não partiu do achismo. Em alguns momentos até poderíamos ter colocado, às vezes



que sentamos com o Gabriel, com o Lindberg, algumas coisas que nós gostaríamos, mas tudo o que foi colocado foi fruto daquela apresentação inicial, do que nos trouxeram.

Agora os senhores vêm, eu levo essas discussões, e os senhores retornarão logo após as Olimpíadas. Eu acredito que venha a ser na semana do dia 29 de agosto, nós vamos manter um contato, nós temos 60 dias pela frente.

Após as Olimpíadas, nós vamos voltar com toda aquela coisa fervilhando em nossas cabeças, da parte espetacular, vamos sentar aqui, ou numa quinta-feira, ou numa sexta-feira, ou numa segunda-feira, conforme convenha, vamos discutir isso e analisar todo esse trabalho. Vamos, sim, avançar em cima disso.

No mais, haveria outros itens, o PND — Plano Nacional de Desporto é algo que nós vamos trabalhar muito fortemente para que realmente ocorra.

Por favor, lancem, na comunidade virtual, as sugestões que os senhores já puderem lançar, encaminhem todo o material que os senhores têm.

Eu até falei ao André Arantes, que disse que ia entregar, que ele tinha que entregar e acompanhar, para ver o que está, o que não foi, por que não foi. Terá que haver o máximo possível de mãos nisso, para que, a hora que chegar, tenha o apoio de todos, e, na questão política da aprovação, fique muito mais fácil.

A proposta de uma mesa redonda é uma proposta para a semana do dia 29 de agosto. As Olimpíadas terminam dia 22. Na semana do dia 29, não no dia 29, nós vamos ver isso, porque hoje nem eu tenho condições de dizer aos senhores, ao certo, essa data, mas depois nós oficializaremos essa data.

No mais, quero agradecer a presença de todos e fazer um convite. Está sendo gentilmente pago pela Comissão do Esporte, por intermédio do Deputado César Halum, do quente e lindo Tocantins, onde eu estive na segunda-feira, estive na cidade de Palmas, um almoço aqui na Comissão do Esporte. Nós nos dirigiremos até ali.

Na verdade não é um almoço, é um...

O SR. LINDBERG AZIZ CURY JÚNIOR- *Brunch*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evandro Roman) - Justamente, um *brunch*, como diz aqui o nosso grande amigo Lindberg.



No mais, quero agradecer a presença de todos, cada um com as suas contribuições. Podemos expandir, inclusive da forma que fizemos. Gostaríamos que a reunião começasse mais cedo, avançasse mais e houvesse mais tempo para que todos falassem, sem problemas, criamos uma forma. Tudo isso é discutível, nós vamos colocar num dia em que não haverá sessão na casa.

Então, desta forma, encerro a presente reunião e convoco reunião para a semana do dia 29, em data e plenário a serem definidos. Muito obrigado a todos.

Está encerrada a presente reunião. *(Palmas.)*